

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 05 dias do mês de julho de 2021, às 18 horas e 09 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda e do Controlador Interno Brunno Sibin, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 07/06/2021 e 21/06/2021;
- 2) Deliberação para aprovação da prorrogação contratual de Locação de Container para armazenamento dos arquivos físicos do Pauliprev, de acordo com os documentos encaminhados previamente;
- 3) Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do primeiro quadrimestre do exercício de 2021;
- 4) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes e anunciou a pauta da reunião. Justifica que não haverá a deliberação da Ata da reunião anterior devido a servidora responsável pela elaboração do documento estar em gozo de férias, ficando para a próxima reunião do Conselho.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 07/06/2021 e 21/06/2021 – Sandra diz que as atas, como de praxe, foram encaminhadas anteriormente por e-mail e WhatsApp para leitura e possíveis alterações dos conselheiros. Coloca ambas em deliberação e conselheiros as aprovam com unanimidade.

Item 02. Deliberação para aprovação da prorrogação contratual de Locação de Container para armazenamento dos arquivos físicos do Pauliprev, de acordo com os documentos encaminhados previamente – Sandra pergunta se algum conselheiro tem mais alguma dúvida a tirar com o André, fora as que já tiveram. Pergunta se a conselheira Eliete quer fazer as perguntas realizadas para constarem em ata. Eliete diz que sim e a palavra é passada à ela. Diz que perguntou ao André por quanto tempo são armazenados esses dados e se a questão de digitalização seria adequada, justamente, para não deixar os documentos por um tempo longo no container. Diz que o primeiro contrato foi realizado em 2018 e já estão entrando no terceiro ano. Imagina que o container está cheio de documentos e, com a digitalização, talvez isso seja amenizado aos poucos. André diz que ainda há um espaço pequeno para a armazenagem de arquivos. Acredita que para essa prorrogação contratual que será até 2022, sendo a última desse contrato, o Instituto ainda não terá problema. Mas no futuro, precisarão de um espaço maior e isso será discutido em momento oportuno para a discussão até da melhor maneira de armazenagem. Em relação ao período de guarda de documentação, diz ser uma questão um pouco complicada de discutir porque existem várias observações que precisam ser feitas, em princípio, precisam guardar por no mínimo 5 anos que é o período prescricional. Mas diz estarem falando do Pauliprev. Fala das ações do Tribunal de Contas e lembra que há processos em aberto do ano de 2013. Documentos e arquivos comuns que poderiam descartar, como existem balanços em aberto, já não podem aplicar a prescrição dos 5 anos. A guarda de arquivos que eventualmente poderiam descartar com 5 anos, tem que ser a partir do trânsito em julgado, ou seja, essa guarda demora 10, 15 anos. Além disso, diz que há os processos de aposentadorias que são mais complexos, há documentos que precisam serem guardados por 5, 20, 100 anos e até alguns, por prazo indeterminado. Diz que, como respondeu para à Eliete antes, acredita que no futuro precisarão definir em legislação a forma dessa armazenagem, criando tabela de temporariedade, salvando arquivos na nuvem. Essa legislação ainda não existe para o Município, o que causa para o Instituto um problema. Lembra que o Instituto tem diversas ações que foram desenvolvidas, ao longo dos anos, no Pauliprev com relação às buscas e apreensões, por exemplo, de documentos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público que, se estivessem digitalizados, saberiam o que eram. Hoje o Instituto não tem. Diz que, inclusive, fazem gestão junto a esses órgãos para ver se descobrem o que é que, efetivamente, foi levado. Então para o próximo ano, não acha que vai ser num período muito curto, vão caminhar para que montem processos digitalizados, inclusive com a substituição de documentos apresentados fisicamente em substituição àqueles virtuais, mas pra isso diz ser preciso pensar na certificação digital daquela documentação, de como os órgãos de fiscalização estão preparados para receber essa documentação, hoje, por exemplo, o Tribunal de Contas, embora peça arquivos digitais, eles também querem ver processos físicos muitas vezes. Diz que caminham para que, no futuro, fiquem num universo muito mais virtual do que físico, mas ainda não é a realidade. E tudo isso faz com que, por alguns anos ainda vindouros, tenham a necessidade de pensar na melhor maneira de armazenarem os arquivos do Instituto. Lembra que o primeiro passo já deram que é com relação à digitalização que está acontecendo, até para a criação de backups dos arquivos físicos que existem hoje e o desenvolvimento das ações nos próximos anos deverá ser em conformidade com isso. Diz que para o segundo semestre estarão nos termos de cumprimento de uma legislação nova, a Lei Geral de Processamento de Dados, que começarão a cobrar a implementação sem que ela esteja efetivamente regulamentada. Diz que está todo mundo “batendo cabeça” para saber como é que isso será feito. André diz que isso é importante que tenham como foco para que, no futuro, minimizem a necessidade documental, mas hoje ainda não é a realidade e por isso a necessidade de prorrogação do container e acha que ainda passarão por alguns períodos de armazenagem física nos próximos anos. A palavra é passada ao Fábio que complementa a fala

Luiz
João
Alma
Fábio
B
S
PHD

do André sobre a Lei Geral de Processamento de Dados dizendo que não está regulamentada pelo governo e há o prazo até o mês de agosto. Diz estar estranho. Diz que há um decreto, o 10.278 que contém as regras de digitalização, tabela de temporariedade, descarte, tem que fazer edital, comissão... E o custo vai lá em cima. Diz que é como o André falou, ir fazendo por partes até se criar essa legislação. Sandra diz que ainda acha que quando o Instituto estiver em uma sede mais adequada, que tenham uma sala de arquivos, que não tenham mais que alugar container, que ficar preocupados se vai caber ou não porque a sede será muito bem organizada, arrumadinha e poderão guardar tudo e não terem nada desses problemas. Diz ter fé. Lembra que o contrato inicial do container era de R\$ 3.360,00 em parcelas de R\$ 280,00 mensais, hoje se aprovada a prorrogação a parcela será de R\$ 304,53 mensais, totalizando R\$ 3654,36. Coloca em deliberação a aprovação de prorrogação do contrato do Container e todos os conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 03. Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do primeiro quadrimestre do exercício de 2021 – Sandra dá boas vindas ao controlador interno Bruno. Eliete diz ao Bruno que antes eles, conselheiros, recebiam a síntese do relatório que o Bruno enviou e um outro relatório mais descritivo. Pergunta se não serão enviados mais. Bruno diz que não foi alinhado e por isso só enviou a apresentação, mas diz que os relatórios estão disponíveis no site e na próxima apresentação irá se atentar em mandar a apresentação e o relatório. Bruno inicia a apresentação do relatório lembrando que em função do tempo e de outras pautas mais importantes terem sido colocadas nas reuniões, não foi realizada a apresentação do relatório referente ao 1º bimestre. Então ele está trazendo a apresentação dos relatórios do primeiro e do segundo bimestre juntos, que seria esse relatório quadrimestral, abrangendo os meses de janeiro a abril de 2021.

1. Despesas

- a. Folha de Pagamento dos Aposentados: observa-se, como sempre, uma tendência linear de aumento. Lembra que no mês de janeiro, além do pagamento de proventos, há uma despesa um pouco maior com o adiantamento do 13º salário e esse ano representou algo em torno de R\$ 800 mil. E nos demais meses as despesas foram aumentando de forma linear de acordo com o número de aposentados. Em janeiro o Instituto tinha 1.276 aposentados, passando para 1.309 em abril. Total de proventos em torno de R\$ 10,4 mi.
- b. Folha de Pagamento dos Pensionistas: observa-se nos 2 primeiros meses uma constância de pensionista e em março e abril houve um aumento significativo, passando de 116 para 121. Valor médio R\$ 674 mil por mês em abril.
- c. A folha de pagamento dos conselheiros também segue sem muitas variações, entre março e abril a variação se dá a valores de março que foram creditados em abril devido o fechamento folha de pagamento. Valor constante em torno de R\$ 34 mil reais.
- d. A folha de pagamento dos servidores ativos do Pauliprev segue da mesma forma, com variação significativa no mês de janeiro devido a antecipação do 13º salário. Nos demais meses a tendência é constante com alguma verba de férias. Folha em torno de R\$ 260 mil reais por mês.
- e. Custo administrativo engloba tanto a folha de pagamento dos servidores ativos quanto os gastos com os fornecedores. Iniciou o ano com R\$ 414,47 com pequena redução em março e um aumento em abril, fechando em R\$ 408,65. A variação se dá pelas variações da folha de pagamento dos servidores ativos. Bruno diz que aqui se contabiliza também o pagamento de verbas aos conselheiros e locação do imóvel do Instituto. De março para abril houve um

fr
p
Jo
A
M
Q
S
B
RHS

aumento significativo que se justifica pelo reajuste do contrato de locação do imóvel.

2. Receitas

- a. Repasses de Contribuições Previdenciárias: sai de R\$ 13,7 mi, com uma pequena redução em fevereiro e depois um aumento, chegando a R\$ 13,8 mi. É composto pela contribuição dos segurados, com a contribuição patronal e os aportes. Lembra que isso já foi alvo de discussões em outras reuniões e diz ser algo importante de deixar bem claro que as contribuições dos segurados e a patronal não necessariamente serão semelhantes. A contribuição dos segurados vai estar um pouco maior que a contribuição patronal e uma das principais variáveis, que talvez não tenha ficado claro nas outras apresentações, é a questão da contribuição dos inativos que contribuem com a base previdenciária somente sobre o que excede o teto do INSS. E também, por outro lado, não há a contribuição patronal desses valores.
- b. Compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais: há o Comprev representando quase R\$ 800 mil por mês e o parcelamento representando algo em torno de R\$ 400 mil por mês. Em abril há uma queda, com a migração do sistema e a criação de nova estrutura no INSS, o repasse do COMPREV teve um atraso e a verba de abril foi repassada apenas no início de junho, após o fechamento da apresentação. Brunno deixa claro que foi considerado a competência, como abril não foi repassado, por esse motivo não consta na competência de abril, no entanto o valor já foi repassado no mês de junho.

3. Saldo Financeiro

- a. Relação entre receitas e despesas: em todos os 4 meses a situação foi positiva com superávit financeiro que, em regra, esteve na ordem de R\$ 2,8 a 3 mi. Com exceção ao mês de fevereiro que foi maior, R\$ 4,25 mi, de receitas de remuneração de títulos públicos. Olhando só a receita e a despesa previdenciárias, ainda sim o saldo é superavitário, receita média de R\$ 13,7 mi e uma despesa total de R\$ 11,2 mi.

4. Investimentos

- a. Patrimônio Líquido:
 - i. Grau de Liquidez: Brunno lembra que esses dados são apresentados com um pouco mais de detalhes no Relatório Focus que o Douglas faz. De fundos líquidos fechou janeiro com R\$ 1,090 bi e em abril R\$ 1,118 bi. Fundos ilíquidos praticamente constantes, de R\$ 223 mi para R\$ 220 mi. Há um relativo aumento com maior participação de fundos líquidos do que ilíquidos. Lembra que reflete a recuperação de fundos estressados, quando se recupera recursos de fundos estressados, esse dinheiro sai do fundo ilíquido e vai para o fundo líquido.
 - ii. Enquadramento Legal: vê a relevância dos fundos com principal participação na carteira de fundos referenciados em títulos públicos. No fim de abril o Instituto chega com quase R\$ 420 mi. Há uma

participação relevante de fundos em ações, R\$ 323 mi, seguido a eles tem os títulos do tesouro nacional e fundos de renda fixa na ordem, cada um de R\$ 190 mi.

- b. Aplicações e Resgates: diz que, basicamente, aplicam os recursos oriundos de contribuições previdenciárias e resgatam recursos para pagamento de fornecedores e para a folha de aposentados, pensionistas e servidores ativos do Pauliprev.

5. Previdências e Perícias

- a. Protocolos: observa-se uma média de 100 protocolos por mês. Em regra, os protocolos são, predominantemente, associados a solicitações de simulações de aposentadorias solicitadas pelos servidores ativos em vias de se aposentar. Há muitos protocolos de juntada de documentos e de desarquivamento de processo de aposentadorias. A juntada, normalmente, são pessoas que protocolaram o pedido e algum documento ficou faltando. O desarquivamento é o servidor que deu entrada na aposentadoria e teve o pedido indeferido ou o servidor desistiu do processo e depois retomou. E também há os protocolos com pedido de aposentadoria e os com outros motivos.
- b. Atendimentos: envolve o desdobramento dos protocolos. O atendimento telefônico cresceu muito nos últimos 2 meses e justifica que em março e abril o regime estava mais complicado devido a pandemia.
- c. Aposentadorias e pensões concedidas: há uma variação e o principal tipo de benefício é a aposentadoria por tempo de contribuição.
- d. Auxílio doença: média mensal de 30 a 35 pessoas. É um benefício pago pela Prefeitura e o Pauliprev realiza a análise de concessão e de perícia. A principal razão de afastamento é por motivos psiquiátricos, seguidos pelos ortopédicos. E, por secretaria, a preponderância no início do ano é da secretaria de saúde e uma participação parecida pela secretaria de educação.
- e. Compras diretas: Despesas de R\$ 5 a 7 mil no início do ano com compras diretas seguido de uma redução forte em março e abril, em torno de R\$ 3 mil. Em destaque são as despesas com material de limpeza e higienização, assim como material de proteção e segurança no mês de fevereiro. No início do ano há a contabilização das despesas de pronto pagamento. Lembra que essas despesas são registradas e depois há um estorno do valor não utilizado.
- f. Contratos Fixos: com exceção do mês de janeiro, a despesa é na ordem de R\$ 40 mil por mês associado a locação da sede do Instituto que teve um forte reajuste que poderia ter sido maior, mas houve uma boa negociação do setor de compras, conseguindo um reajuste menor do que o previsto contratualmente. Há a locação de computadores, sistema contábil e sistema de folha como principais despesas. Os valores de janeiro não foram contabilizados por estarem em restos a pagar e Bruno diz que explicará ao final da apresentação.
- g. Contratos variáveis: também não há o registro do mês de janeiro por estar em restos a pagar. Valor em torno de R\$ 8 / 9 mil. Em março, o valor é um pouco maior por ter ocorrido o registro contábil da energia elétrica referente a dois períodos. Há também o serviço de digitalização que é variável.

Fato
Jo
Ide
Q
Bruno
B
PAS

- h. Despesa com fornecedores: também não está sendo contabilizado o mês de janeiro. Em média, R\$ 50, R\$ 55 mil por mês.
- i. Restos a pagar: Bruno diz que em janeiro, normalmente, é feito o pagamento de serviços prestados em dezembro do ano anterior, ou seja, serviços que pertencem ao exercício de 2020. Contabilmente, não pode ser utilizado o orçamento de 2021 para pagar uma despesa de 2020, por isso as despesas pagas em 2021 que se referem a 2020 são lançadas em restos a pagar. Valor de pouco menos de R\$ 40 mil.

Bruno agradece o espaço e coloca-se a disposição para qualquer dúvida. Sandra diz que observou que, quando estavam numa “onda” mais elevada da Covid-19, em março, viram os números de óbitos mais elevado e pelo número de pensões deu para perceber. Diz que algo que também chamou a atenção foi o motivo dos afastamentos, os motivos de pneumologia aumentaram bastante e era uma patologia que nem notavam. Agora está em destaque por aumentar bastante. E, como bem disse o Bruno, as duas secretarias de maior número de servidores são as que possuem mais servidores afastados. Vê que a saúde até que se manteve no mesmo patamar das outras apresentações apesar de estarem diante da pandemia. Diz que esse último ano tem sido de luto dos colegas de trabalho. A palavra é passada à Nara, diz que fica claro nos contratos fixos que o que tem mais peso é o valor do aluguel. Diz que se continuar esse cenário econômico no próximo ano, o índice de aluguel está alto e, considerando a fala inicial da Sandra com relação a Sede própria do Instituto, diz também ser seu sonho e de todo mundo ter a sede própria. No entanto, não sabe se não chegou o momento de procurar um prédio mais em conta, considerando o novo reajuste. Com relação a própria sede, não sabe qual seria o caminho, se conseguiriam um prédio da Prefeitura. Mas acha que precisarão de uma alternativa e queria ver com o Breda se ele tem alguma novidade em relação a isso. Pede a inclusão no relatório, pensando no futuro dos servidores, a quantidade dos servidores que estão em abono de permanência para acompanharem e irem pensando no impacto daqui pra frente. A palavra é passada ao Idu que, com relação a sede, diz que acha que foi gasto muito dinheiro para colocar o prédio do Instituto da forma como ele está porque, se mudarem para outro lugar, tudo o que foi colocado será perdido. Diz que precisam compensar o gasto ficando no prédio. Diz achar que houve um gasto em torno de R\$ 700.000,00 na época, motivo de discussão no conselho. Sandra diz que entende a colocação do Idu em relação aos gastos. O prédio atual trouxe para o conselho bastante desgaste e para o Instituto um gasto muito elevado e foi, sim, motivo de muita discussão e publicidade negativa nas redes sociais. Foram alvo de bastante críticas. Porém, também, foi apresentado ao conselho um programa de reforma com valor “X” e foram aparecendo as coisas e se tornou um valor “X”, “Y”. Pensa que não podem se acomodar por terem investido R\$ 700.000,00 em um prédio que não é do Instituto, não podem se acomodar tendo os reajustes anuais de aluguel como a Nara disse, porque o índice de reajuste, realmente, tem sido elevado de maneira exponencial. Diz que, às vezes, é o custo benefício de estar estancando essa “sangria” que é o valor do aluguel. Mas entende a colocação do Idu, foi gasto bastante mesmo para adequar o prédio e que o prédio não é adequado: a acústica é péssima, no verão é muito quente, não há privacidade alguma, os servidores ficam um amontoado no outro, as baias uma em cima da outra, acha péssimo. Mas entende a colocação do Idu. Diz que já falaram sobre isso, de tentarem um prédio público, e antes do parcelamento das dívidas, tinham uma moeda de troca para negociar com a Prefeitura. Agora, seria na camaradagem. Talvez, esse seja um caminho. E aí, se for um prédio cedido que terão que gastar com uma

[Handwritten signatures and initials]

reforma, mas que vai cessar o aluguel alto, acha que vale apenas. Quanto a construção da sede nova, já sabem que existe um projeto aprovado e “faraônico” que não dá para bancar. Mas acha que não podem ficar parados. É dinheiro público. A palavra é passada à Eliete que diz achar ser ideal o que a Sandra falou, juntando com a colocação da Nara. Acha que, considerando que tem sido pago, considerando que o Instituto possui sede própria, o que se poderia conseguir é um espaço da Prefeitura para ficarem até a construção da sede própria do Instituto para sair do aluguel. Já focados e começando um trabalho de construção da sede para não ficarem nesse círculo vicioso que não vão conseguir sair nunca pagando o aluguel e a construção. O ideal seria terem alguma coisa da Prefeitura para ficarem até construir a sede. Sandra diz que o Instituto tem um terreno que foi doado pela Prefeitura e está lá sem dar destino. A palavra é passada ao André, diz que fará um “resumão”. Lembra que assumiu a gestão em 2019 já com todos esses problemas citados com relação a adequação do prédio atual. Logo depois tiveram o advento da pandemia; em 2 anos de gestão, 1,5 foram consumidos com pandemia e, além disso, tiveram e têm as ADI’s em curso. Diz citar essas coisas porque tudo isso influencia na tomada de decisões e planejamento. Diz que iniciaram, desde 2019, contatos com a Prefeitura porque, embora a Sandra tenha citado a questão da dívida previdenciária que a Prefeitura tinha com o Instituto, nunca foi possível a negociação de troca de prédios por conta da dívida previdenciária. O que pode ser recebido é em dação para abatimento do déficit técnico atuarial do que a Prefeitura coloca hoje como aporte. Começaram esse estudo lá atrás, ainda com outros secretários de planejamento e, até recentemente, há cerca de 45/60 dias, conversou com o atual secretário de planejamento a esse respeito e é uma pauta que têm com o Gabinete já a bastante tempo porque estão buscando imóveis municipais que tivessem a possibilidade de serem dados em dação para abatimento do déficit técnico atuarial ou para que fossem cedidos para um período longo de tempo para que justificasse um eventual investimento nessa adaptação e adequação ao que o Instituto precisa. Lembra que no passado, falando como servidor e não gestor, o Instituto teve poucas sedes, pelo que ele lembra, foram 2 sedes no Centro e uma na Rua Argentina. Agora, a atual. Das 4 sedes, nenhuma foi adequada; a mais adequadas delas, inclusive, é a atual. Diz que, de acordo com a informação que recebeu, menos de 10% dos prédios públicos municipais estão adequados e documentados da forma que possa ser apropriado. A Prefeitura está fazendo um levantamento, desde o começo do ano, de imóveis que são de sua propriedade, que foram desapropriados ao longo dos anos e que não contam com documentação ou registro. Quiçá estejam em seus balanços. Diz que essas questões estão sendo discutidas com a municipalidade na busca de imóveis e já avaliou alguns prédios do complexo Rodoviária-Shopping. Diz que há no conselho um representante da secretaria de desenvolvimento econômico e que conhece bem o caso. Diz que, embora tenham vários prédios ali no complexo, há somente uma matrícula imobiliária. Os prédios que eventualmente poderiam utilizar, além de não possuírem segregação de matrícula, o que inviabiliza, estão ocupados ou prometidos para outra Secretaria. Diz que continuam negociando com a Prefeitura algum prédio em cessão ou em dação para pagamento, mas isso pressupõe que esses imóveis precisam estar adequados, documentados para serem disponibilizados. Segundo a secretaria de planejamento, esse levantamento está sendo feito. Por outro lado, diz haver um terreno que foi doado através de lei municipal e que em 2019 descobriram que nunca foi patrimoniado. Foi patrimoniado e lançado no balanço do Instituto e o Instituto não possui prazo para construção. Diz que começaram a estudar isso no início de 2020, antes de deflagrar a pandemia e até visitaram alguns projetos novos de

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "Sandra" and several illegible signatures.

alguns Institutos de Previdência para ver se teriam adequação. Os prédios que visitaram, que estavam em construção, por exemplo do Instituto de Barueri que hoje é um Instituto bem pomposo, bem interessante, gastando algo em torno de R\$ 6 a 10 mi. Não aquela situação que tinham, orçado em meados de 2015, de quase R\$ 30 mi. Precisariam fazer uma adequação de um eventual projeto buscando essa perspectiva de crescimento futuro do Pauliprev que, até recentemente e ainda estão passando por essa situação, tiveram um ADI discutindo a migração dos servidores de 2001 para o Instituto Pauliprev e, graças a Deus, está se encaminhando para que essa situação se resolva de uma maneira, no mínimo, o menos complicada para os servidores públicos municipais, mas, de fato, se essa ADI prosperasse, teriam menos da metade dos segurados de hoje no Pauliprev ainda ativos. Se conseguissem a modulação de efeitos para os inativos, ainda assim, teriam 60% do quadro de segurados que o Instituto possui hoje, 40% seriam revertidos, e não sabe de que forma, para o Regime Geral. Isso traria um impacto financeiro monstruoso às finanças do Instituto. Diz que planejar algo em relação à construção sem saber se terão o dinheiro é muito complicado. Diz que espera e acredita, com todo o trabalho que estão desenvolvendo, que entrem em 2022 em momentos de calma. Para que possam, efetivamente, fazer o planejamento, continuar buscando alternativas para que minimizem o impacto do aluguel nas despesas e, pegando o que o Idu falou, não entende que a mudança de sede para outro prédio locado e que tenha um custo de aluguel irá resolver a questão. Diz haver o investimento feito e a adequação do prédio, que embora não seja o ideal, pelo menos em capacidade, em tamanho tem conseguido dar vazão a demanda do Instituto. Acha que precisam tratar, enquanto planejamento, lembrando que a gestão dele e dos conselheiros termina em abril do próximo ano. É começar a se programar, continuar essa discussão que ele continua se empenhando junto à municipalidade para conseguir um prédio. O objetivo é mais ou menos o que os conselheiros estão falando, conseguirem um imóvel que possa ser cedido. Que possam fazer um investimento nele para a adequação para as necessidades dos próximos anos da autarquia e já começar a pensar na sede própria. Diz existirem 2 questões: podem ter uma sede própria em um imóvel cedido dado em dação para abatimento do déficit técnico que se tornaria a sede do Instituto. Se Deus quiser, no futuro, a Secretaria de Previdência junto ao Ministério da Economia vai olhar com um pouquinho mais de carinho para os RPPS's e conseguir os deixar trabalhar, por exemplo, com os imóveis que possuem podendo locar, ou seja, transformar esses imóveis em situações rentáveis para o Pauliprev e para os outros RPPS's, o que não existe hoje. E, em não conseguindo uma dação, uma doação de prédio, pelo menos em consignação para a utilização dele por um determinado período e, aí sim, pra projeção de uma construção de sede própria. Diz que essa história não está adormecida, mas por todas essas nuances trouxeram uma série de atribuições e empecilhos no transcorrer desses últimos 2 anos. André coloca-se a disposição para qualquer comentário ou pergunta. Sandra diz entender tudo o que o Idu falou e também compreende tudo o que o André falou, mas diz que também podem ser surpreendidos pelo proprietário pedindo o prédio. Diz que correm vários riscos, mas entende e diz ser claro que ninguém quer que se saia construindo uma sede própria com todos esses riscos, sem haver caixa pra isso, sem analisar o custo benefício. Mas também diz ser bem verdade que os servidores possuem um terreno que está em poder da Pauliprev e que também teriam, num mundo muito colorido, pudessem ter alguma coisa, que esse terreno estivesse trazendo algum tipo de benefício para o Instituto. Diz que imóvel sempre valoriza, é um patrimônio, mas às vezes poderiam estar utilizando de maneira mais rentável para os cofres. Diz que entende e que

va
✓
Jo
✓
✓
D
✓
AP

até abril do ano que vem, volta e meia lembrará do assunto de sede própria por ser um sonho desde o último mandato e é uma proposta dela brigar por uma sede própria. Em relação a fala do André sobre o prédio atual ser o mais adequado, o que foi gasto para deixar a Rua Argentina, que não tem nada a ver com o André, o que foi gasto com a frente do prédio, não tinha nada que ter saído de lá. As adequações poderiam terem sido realizadas lá. Diz ser uma sequência de coisas que só os deixam mais tristes. A proposta da Eliete de uma consignação num prédio público para cessar o aluguel até que possam ter uma sede própria seria o melhor dos mundos hoje. Sandra passa a palavra ao Edson, ele diz que em 2009 houve a doação de área ao INSS de um imóvel que a Prefeitura fez uma desapropriação e o INSS abriu mão, pela política dele de investimento. Diz que estão finalizando essa formalização agora de retomada, inclusive não foi publicado ainda no semanário, mas já vai ser. Já passou em segunda discussão a revogação dessa lei. Diz que amanhã passará detalhado ao André. Não sabe se seria o caso de se fazer um estudo na área. A palavra é passada ao Idu que concorda com o André, acha que a ideia dele vai de encontro com a do André. Já desistiu de sede própria, a Sandra estava correta de que não era o momento de gastos com a construção de sede. Diz que o que a Eliete colocou é muito importante. Se conseguirem um prédio, o que ele acha que não vão conseguir porque já brigaram tanto pra conseguir alguma coisa já, pra assumir algum prédio para não terem gastos, mas esse seria o ideal. Se forem mudar do lugar que está adequado, por mais que acham que não é adequado, irão gastar mais. Vão gastar para adequar o outro prédio. Acha que precisam ter calma no momento, mudar só por mudar não adianta nada. Acha que o André está no caminho certo e o André encontrará o caminho certo. A palavra é passada à Nara, diz que achou interessante quando o André trouxe a questão de que isso pode ser discutido em relação ao déficit atuarial, é um caminho também além do que a Eliete colocou. Diz que não podem desistir, tem esperança de que, se resolver as questões que o André colocou, isso aconteça. Seja da maneira que a Eliete propôs, seja, por ventura, de repente, a cobertura do próprio déficit. Eliete diz ao André para, pelo amor de Deus, aproveitar as mesas e cadeiras; estão traumatizados com a última compra feita para a atual sede que gerou até ação pelo Ministério Público. A palavra é passada ao André, diz ter a mesma preocupação dos conselheiros. Diz que esses últimos anos foram complicados, tem a mesma preocupação e objetivo; quer deixar, estando no Instituto ou não, o caminho trilhado. Acha que conseguirão resolver nos próximos anos. A questão da sede própria sempre foi uma dificuldade conseguir algumas coisas e, se fácil fosse, não estariam em 2021 discutindo a sede do Pauliprev que existe desde 2001. Infelizmente, pegaram um turbilhão de acontecimentos nos últimos anos com todas as ações. Diz estar recebendo as sentenças do Tribunal de Contas dos últimos 6 anos para ele dar vazão com determinação. As coisas parecem ter tomado um volume nos últimos 2 anos, não sabe se é porque tem muita gente em teletrabalho e aí utilizaram esse período para desencavar coisas que estavam atoladas. Tudo isso atrapalha bastante. A própria Prefeitura, a instabilidade política dos últimos anos levou a essa condição que o Edson mencionou. Diz ter acompanhado a atuação da secretaria de desenvolvimento econômico junto com obra, junto com planejamento de retomada de áreas, retomada de prédio. Mas diz ser complicado também, foram todas doações baseadas em legislações, tem todo um processo técnico pra poder retomar essas áreas, então o objetivo agora é acompanhar, como o Edson disse, acompanhar esses processos e, de verdade, diz ficar atrás de oportunidades que apareçam, se perceber que um prédio tá ali e possa ser utilizado, vai em cima e tem feito isso. Só que, infelizmente, os prédios que surgiram agora não dariam. Acredita que nos próximos anos tenham um bom resultado.

Edson
Nara
Jé
Eliete
Sandra
Idu
André
Pauliprev
B
PHS

Colocando a casa em ordem, fazendo gestão, esperando que as modas das ADI's passem porque é uma em cima da outra. Quando não tem ADI tem ação civil pública, isso inviabiliza a gestão municipal, atrapalha as negociações porque as negociações são complexas, envolvem o jurídico, o planejamento, o gabinete do prefeito que estão as voltas com outras coisas. Diz que, particularmente, não gosta de fazer nada por portaria, por decreto, prefere sempre que seja por lei municipal. Os acordos que não sejam por lei os ventos levam, por isso gostaria de deixar as coisas bem sedimentadas. Diz que quando pediu a palavra na fala da Sandra sobre o proprietário pedir o prédio, essa preocupação já tem e começou a discutir. O contrato vai até fevereiro do ano que vem e já começaram a analisar a viabilidade, já começaram a conversar com a imobiliária e com o proprietário pra chegarem num denominador comum e até entender se ele tem a intenção de locar o prédio ao Instituto novamente caso seja necessário porque, sendo muito sincero, não quer fazer um novo contrato de locação por 60 meses. Diz ser uma discussão que já está tendo com o jurídico, quer fazer por um menor período, utilizando a lei do inquilinato. Exatamente para que tenham que ficar discutindo essa questão independente de quem esteja no Instituto, como a Sandra disse. Pegaram um processo muito complicado nos últimos anos em que houve a necessidade de se tentar consertar o que receberam para se criar um planejamento. Espera que quem o suceda, não tenha essas dificuldades que tiveram. A gestão do Instituto continua complicada com o Tribunal de Contas cobrando muita coisa. Com ofícios que recebe do Ministério Público o tempo todo para responder sobre atos e fatos que não são de suas gestões, mas que têm que responder por serem os atuais gestores. Diz que espera deixar um caminho mais tranquilo para que alguém que venha possa sentar, olhar e dizer as possibilidades que terá, os recursos, as situações, os processos sendo registrados pelo Tribunal de Contas para que a pessoa possa pensar na construção, na reforma, na compra, no que quer que seja, Mas com lastro. Pergunta como é que se justifica hoje, tendo R\$ 1,3 bi de patrimônio, um déficit que é quase 3 vezes isso por uma "canetada" da Secretaria de Previdência em que o Tribunal de Contas o está questionando que não foi feito nada para impedir o déficit. Diz ser uma situação em cima da outra e a situação da sede só exemplifica essa necessidade de um planejamento futuro que infelizmente não houve no passado do Instituto. A palavra é passada ao Paulo, diz que não faz muito tempo que saiu o projeto do CIASP para procurar algum prédio que pudesse abrigar e levar a frente o projeto. Diz que o que o André colocou é muito real, a condição dos prédios que a Prefeitura está disponibilizando não conseguiria abrigar e necessidade de uma reforma muito grande. Acha que tem que ser uma oportunidade bem bacana para ser a sede do Instituto. Na reforma da atual sede da Pauliprev teve muitos apontamentos que ele realizou naquele momento por conta da perícia, dos consultórios, das exigências da Vigilância Sanitária. Ficou brigando para ser colocado teto no consultório porque não podia ficar consultório sem teto. Agora é um departamento que está no Pauliprev, mas que tem o convênio com a Prefeitura e, para uma nova sede, é uma coisa que lá na frente precisarão reavaliar se fica junto, se vai pro RH. Diz isso porque a parte dos consultórios é uma parte cara, que ocupa espaço. Junto com isso tinha aquele projeto que está "um pouquinho dormindo", mas que precisa avançar por ser melhor para o servidor. Algumas coisas acabam se encontrando e, de repente, a demanda e a necessidade de prédio começa a diminuir um pouco e abrem outras oportunidades. Sandra pede licença dos conselheiros para voltarem à apresentação do Relatório Gerencial. Volta a sua fala em relação aos afastamentos por pneumopatias e há um número excedente de pensões, pergunta ao André se o serviço social do Instituto tem algum planejamento, se tem

Ful
P
Jo
K
M
D
S
B
PHB

Lembra que a apresentação e o Relatório estão disponíveis no site do Instituto na aba de Controle Interno.

Item 04. Assuntos diversos – Sandra passa a palavra à conselheira Eliete. Conselheira diz que, sobre a migração da Unimed aos aposentados, está sendo feito no Pauliprev visando a maior segurança dos aposentados. Diz que divulgaram nos grupos que a partir de hoje haveria um plantão na Prefeitura para tirar todas as dúvidas já que os funcionários da Pauliprev não são da Unimed e não terão condições de informar muita coisa. Conservou com o Ademilson hoje e que ele passou estar sendo um número pequeno de agendamentos. Colocou no grupo pedindo para as pessoas ligarem, porque muita gente não vai migrar o que gerou um outro problema, o telefone ficou uma loucura. Muitos servidores inativos estão ligando, mas não estão conseguindo, pelo fluxo de pessoas mesmo. Gostaria de dar essa devolutiva ao André de que, às vezes, a pessoa quer, mas não está conseguindo. André diz que também perceberam isso, as ligações não têm parado. Há 514 servidores inativos cadastrados com o convênio atualmente. O Instituto tem até o dia 14 para fazer a migração, conforme foi divulgado. Diz que hoje de manhã teve uma apresentação da Unimed Nacional na sala de imprensa da Prefeitura, foi deslocado um servidor do Pauliprev até lá, ele fez um resumo que foi postado no grupo dos conselhos para os conselheiros lerem, o que ajuda a multiplicar. Diz não ser uma responsabilidade dele e dos conselheiros, mas têm procurado fazer o máximo que podem para atender a demanda. Aquelas coisas muito específicas, que às vezes é individual ao servidor, tem sido orientado a buscar a Unimed. Diz que possuem 2 tipos de questões baseados na fala da Eliete: primeiro é a questão de que vários conveniados demonstraram que não vão querer conveniar, é facultativo, não há obrigatoriedade e nem todo mundo vai se disponibilizar a avisar infelizmente. Num segundo momento, observando essa questão, o que pretendem fazer é: chegando mais próximo, porque hoje foi um dia de testes, por assim dizer, foi o primeiro dia, atenderam 2 pessoas por horário, viram que o fluxo dá pra atender adequadamente, fizeram algumas alterações no layout de atendimento e, a partir de amanhã, pretendem agendar 4 por horário. Aí, darão vazão na demanda de maneira mais rápida e mais adequada para que, num segundo momento, façam a busca ativa. Diz que possuem a relação passada pela Unimed para a Prefeitura e que a Prefeitura remeteu ao Pauliprev daqueles segurados. Observaram, a partir de hoje, no atendimento, que nem todos os dados dos segurados com a Prefeitura estão atualizados. Então, talvez, terão o trabalho de atualização. Estão tendo problema, principalmente, de data de nascimento, endereço e telefone incorreto. Fazendo essa triagem, num segundo momento entrarão em contato. Diz aos conselheiros que, àqueles que os procurarem, peçam para insistirem e, não conseguindo, podem encaminhar um e-mail para o endereço beneficios@pauliprev.sp.gov.br. Se na última semana ainda restar muitas pessoas, entrarão em contato para que todos sejam ouvidos e, se haverá interesse ou não na migração é uma questão individual. Diz que a cada período o Ademilson e o Pedro o dão um retorno, assim como o Rafael, servidor que colocou para ajudar o Departamento de Pessoal para dar conta da demanda dos inativos. Faz a observação de ter havido 3 ou 4 inativos que não conseguindo fazer o agendamento, foram até o Instituto para uma busca ativa e foram atendidos da mesma forma. Eliete acha importante o André falar de usar o e-mail porque as pessoas que não vão querer migrar podem usar esse recurso pra comunicar e para o Instituto é mais seguro ter um documento assinado dos que não querem migrar. André diz que a responsabilidade não é do Instituto, mas o que estão fazendo é tentar preservar os segurados inativos. Sandra acha que o e-mail é uma segunda ferramenta importante de acesso, diz ser leiga no mundo digital, mas sabe de algumas contas comerciais que têm o WhatsApp Business que, de repente, passar mensagem de um número comercial por WhatsApp seja uma forma também. Não sabe como funciona, mas sabe que há um programa que pode ser gratuito. O fato de estarem



fazendo contato com o servidor que tem o convênio facilita, em vez de o servidor procurar pelo Instituto. Apesar de não ser obrigação, não ser de responsabilidade do Instituto, diz ter sido perfeita a fala do André em preservação dos inativos que estão preocupadíssimos, que estão ansiosos com essa possível mudança, com a perda do vínculo médico-paciente. O fato de ligarem pra eles para dar data e horário facilita a vida. A palavra é passada à conselheira Antônia Sirlene que pergunta se existe algum documento em que possam ver quais são os médicos que estão vinculados a esse plano nacional. Se os médicos que já possuem fazem parte do novo plano. André diz que, em teoria, a informação que possui, passada pela Unimed, é de que todos os médicos vão atender a ambos convênios, porque é uma parceria da Unimed Nacional através da central das Unimed's. No passado, quando se saía da região, só havia o atendimento de urgência e emergência em outros lugares. Nesse caso não, vai passar, inclusive, a ter os atendimentos com médicos em outros lugares. André orienta os servidores a conversarem com seu médico. Diz que no "materialzinho" que encaminhou aos conselheiros tem essa resposta, em teoria toda a rede de atendimento que possuem hoje vai estar atendendo da mesma forma. Aquelas pessoas que estão em tratamento contínuo precisarão voltar ao seu médico para a substituição da guia quando a nova carteirinha chegar. Diz que no novo plano, os servidores terão auxílio funeral, o que no plano atual não tem. Estão procurando ter o máximo de informações para tranquilizar as pessoas que os perguntam. Antônia Sirlene pergunta se quem já tem exames aprovados pela Unimed Campinas serão atendidos normalmente. André diz que já encaminhou essa pergunta do RH da Prefeitura na semana passada e eles deram a resposta replicando o que receberam a central. Diz que o ideal é, se a pessoa já tiver alguma coisa que possa agendar até o final desse mês com a Unimed Campinas, já "mata essa guia e já resolve. Se for possível. Não sendo possível, o servidor terá o trabalho de pedir uma nova guia com uma nova autorização porque vai mudar o número da carteirinha, vai mudar o plano, mas sem carência. Diz ser essa a informação que possui e, em princípio, não é para terem nenhuma dificuldade a não ser a substituição das carteirinhas e, eventualmente, essa transição de uma pra outra com quem os atende. Acha que com o passar dos dias terão informações mais claras a esse respeito. Até agora, não viu problema nenhum a não ser o aumento de valores, que é importante que saibam esse aumento de valores ocorreria na Unimed Campinas agora no mês de agosto ou setembro. Antônia Sirlene diz que só a consulta que ficou muito mais cara, parece que era R\$ 9,00 e agora será R\$ 24,00. André diz que, não querendo justificar, quando esse plano é feito, que é um chamamento público, se pegarem o edital anterior que foi feito por 5 anos, eram R\$ 15,00 para esse período todo. Foram aplicados os índices de reajustes que chegou nos R\$ 24,70 e a tendência é que esse valor perdure pelos próximos 60 meses. André diz que o valor era de R\$ 15,00 por consulta. A palavra é passada ao Idu que pergunta ao André se pode passar para as outras pessoas o que ele passou sobre a Unimed e pergunta como está o projeto de lei com a redução dos Jetons, a defesa dele é que o outro mandato comece a valer com a redução dos Jetons. Pergunta como está, se está sendo cobrado para que seja no mandato que vem. André diz que em relação ao compartilhamento da matéria, ok, foi baseada na apresentação que a própria Unimed realizou hoje. Pede para que os conselheiros façam a observação de que essas informações são um resumo da apresentação realizada pela Unimed. Em relação ao projeto do Jeton, André diz ao Idu que já tinha falado em outra reunião que esse projeto está no Gabinete e ele já recebeu um ofício, já. Nos próximos dias quer montar um projeto de lei e encaminhar ao Executivo para dar sequência pra Câmara. Para que não perdessem isso de vista, percebeu que estava meio complicado e, resumindo, o Executivo devolveu ao André a responsabilidade. Como é algo que ele e os conselheiros já discutiram, vai transformar isso em uma minuta de projeto de lei e devolverá de maneira "açucarada" pro gabinete, esperando que dê a devida sequência. Ainda está a discussão sobre valer pra essa ou pra próxima gestão. Essa é uma decisão que o incomoda ele ter que tomar



por conta de toda a discussão, mas é possível que já valha pra essa gestão. Encaminhar o projeto de lei para a Câmara não é algo que compete à ele, mas o gabinete receberá, acredita que ainda no mês de julho, se tudo der certo, a minuta de um projeto de lei pra ser encaminhado pra Câmara. Espera que entre agosto e setembro tenha sido encaminhado e votado. Se será para essa ou para a próxima gestão, não é algo que o caiba. Mas o Executivo receberá pronto exatamente por essa preocupação que o Idu está falando. Garante que irão fazer, mas não consegue datar esse quando fazer. O compromisso dele com os conselheiros e com os demais servidores é de que será feito. Aproveita pra falar a respeito do Regimento Interno, informa que o relatório da Procuradoria Jurídica, que está terminando agora, deve ficar em torno de 50 a 60 folhas, tratando de cada tópico do que foi apresentado. Infelizmente, tiveram alguns percalços recentemente em relação aos muitos pedidos do Tribunal de Contas e algumas coisas do Ministério Público. Do Tribunal de Contas porque, além de estar iniciando agora o processo fiscalizatório do balanço 2020, também os pediu mais um monte de informações que tiveram que atuar sobre uma interpretação que, na sua opinião, um pouco absurda do Ministério Público de Contas sobre as contas de 2019, mas é outra história e isso atrapalha o fluxo processual do que não é tão urgente. Acredita que, ainda no final desse mês, esteja encaminhando aos conselheiros esse parecer da Procuradoria Interna a respeito do Regimento Interno para que possam sentar e conversar. Precisam mandar ao gabinete algo que tenha sentido e que vá seguir porque, ao contrário, vai ficar parado como muitos outros projetos. Diz que é só pra posicioná-los porque a Eliete na última reunião também fez essa colocação e o André se comprometeu em estar dando os feedbacks a respeito dos assuntos. Diz que foi para a Câmara junto com o projeto do abono o parcelamento dos débitos das despesas que o Instituto teve com o pagamento das aposentadorias anuladas dos guardas. Esse é o primeiro passo de um processo que sempre primou por não fazer um acordo administrativo, tem que sair lei pra que a Prefeitura se comprometa a fazer a devolução. Diz ter sido um trabalho bem complicado e depois poderão tratar do assunto especificamente para não alongar. Mas, finalmente, o projeto foi pra Câmara e espera que seja votado e aprovado para que, no máximo no início do ano que vem, consigam firmar esse parcelamento e começar a receber esses valores também, o que vai contribuir com o equilíbrio financeiro a longo prazo. Sandra agradece a participação do André com as informações e paciência de sempre.

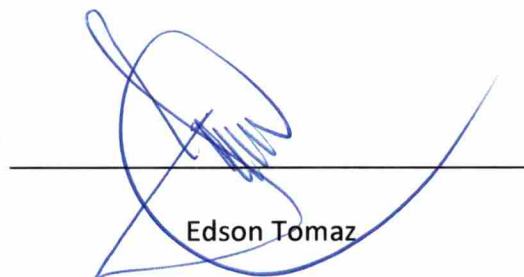
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos, pede desculpa novamente pelo desvio de foco dos assuntos, mas diz ter sido uma reunião bastante produtiva e proveitosa. Encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:00h.

Paulínia, 05 de julho de 2021



Sandra Ariadne Casassa



Edson Tomaz

Presidente Conselho Administrativo

Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



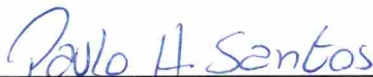
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



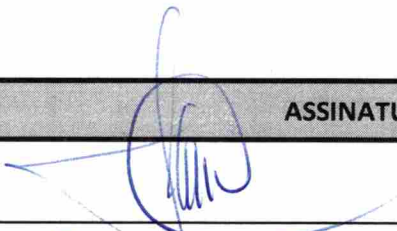
Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
05 de JULHO de 2021 – 18:00 horas – Teleconferência**

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	Paulo H. Santos
3	ERICK SANTOS PAIVA	Erick Santos Paiva
4	FÁBIO CECONELLO	Fábio Cecconello
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne Casassa
6	NARA MARTINS MORETTI	Nara Martins Moretti
7	IDU BALBINO RIBEIRO	Idu Balbino Ribeiro
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	Antonia Sirlene Lima
9	ELIETE MARIA DA SILVA	Eliete Maria da Silva


PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 05/07/2021 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA E FECHADA AO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 07/06/2021 e 21/06/2021;
- 2) Deliberação para aprovação da prorrogação contratual de Locação de Container para armazenamento dos arquivos físicos do Pauliprev, de acordo com os documentos encaminhados previamente;
- 3) Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do primeiro quadrimestre do exercício de 2021;
- 4) Assuntos diversos

Paulínia, 01 de julho de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo

RELATÓRIO GERENCIAL

1 e 2º Bimestre – 2021

Janeiro/2021 a Abril/2021



FAD

Mar

✓

E. PAS

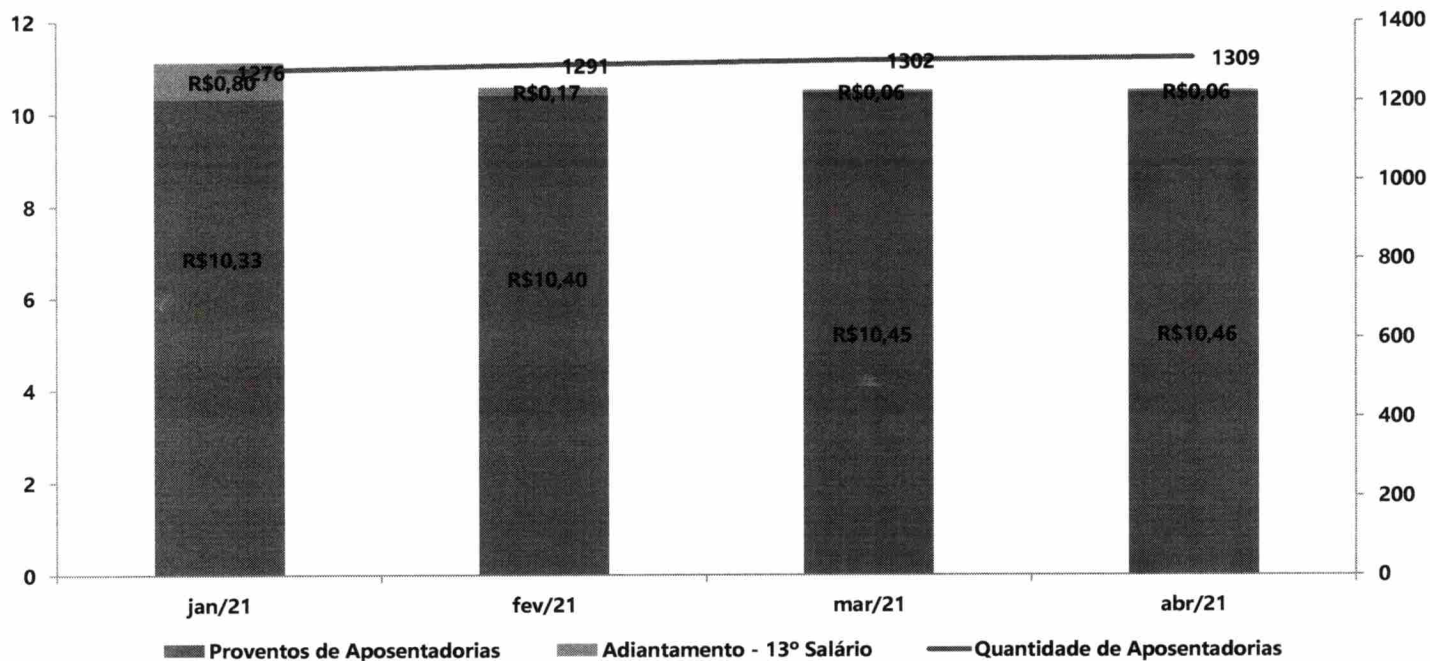
Finanças e Orçamento

10/10
10/10
10/10
10/10

DESPESAS

Folha de Pagamento - Aposentados

Evolução da quantidade e dos valores pagos
Valores em R\$ milhões correntes



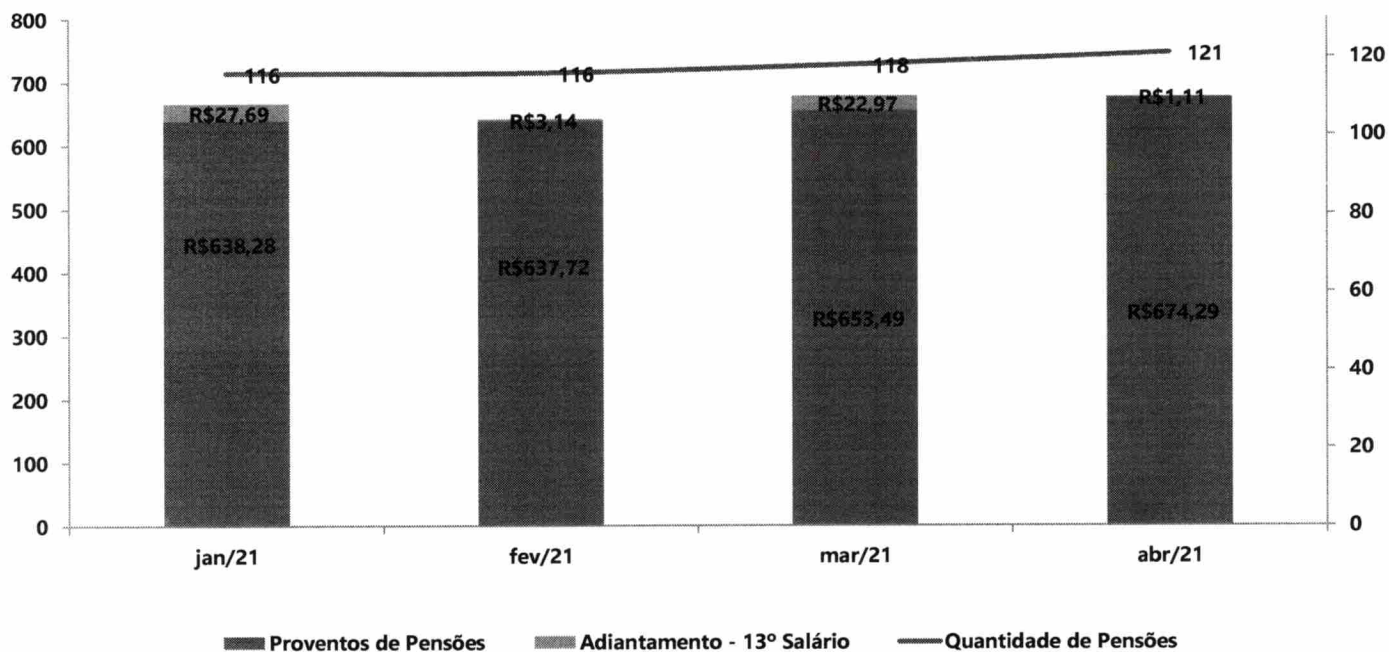





DESPESAS

Folha de Pagamento - Pensionistas

Evolução da quantidade e dos valores pagos
Valores em R\$ mil correntes



Fab

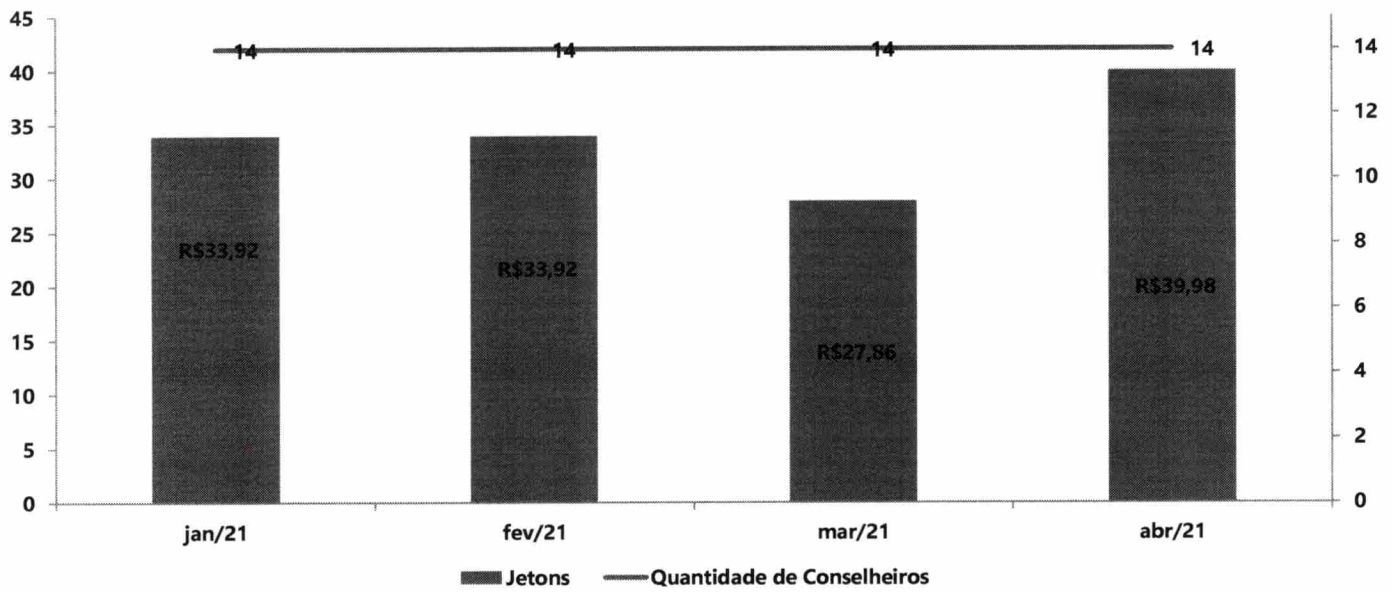
P/TS

8

DESPESAS

Folha de Pagamento – Conselheiros

Evolução da quantidade e dos valores pagos
Valores em R\$ mil correntes

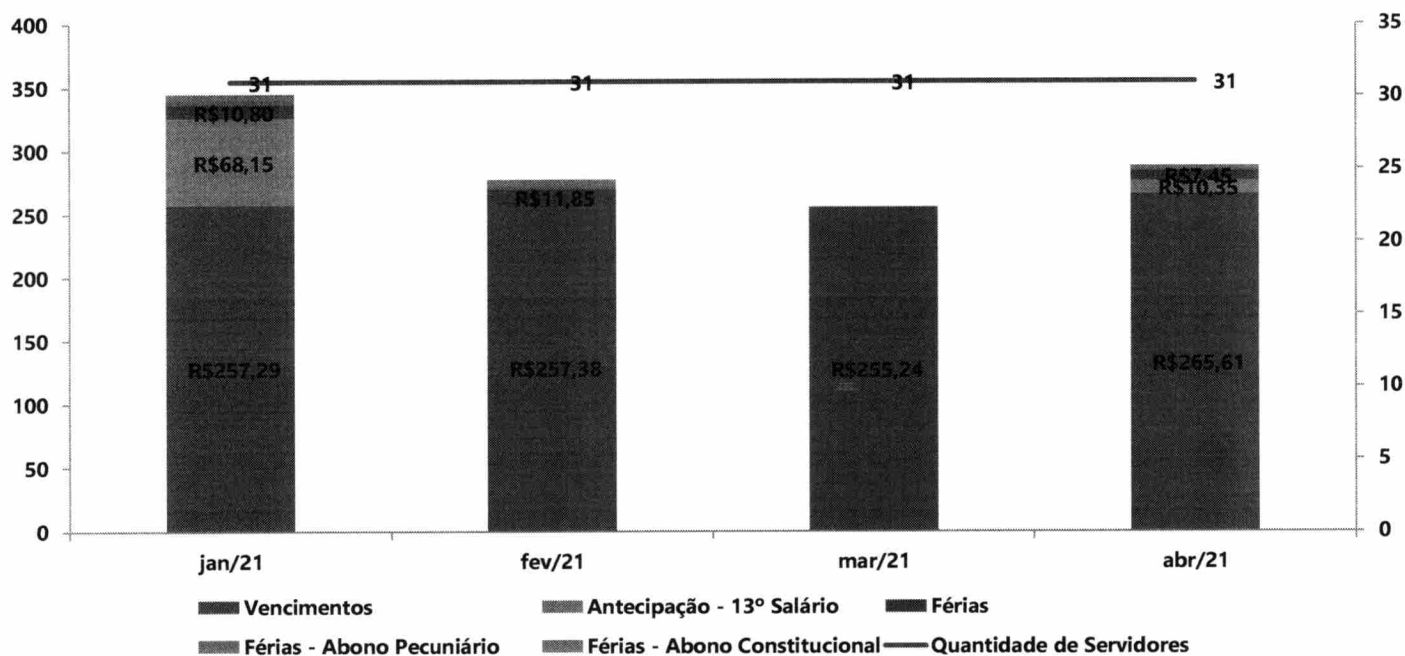


Handwritten signatures and initials:
FAD
LH
FAS
E

DESPESAS

Folha de Pagamento – Servidores Ativos

Evolução da quantidade e dos valores pagos
Valores em R\$ mil correntes

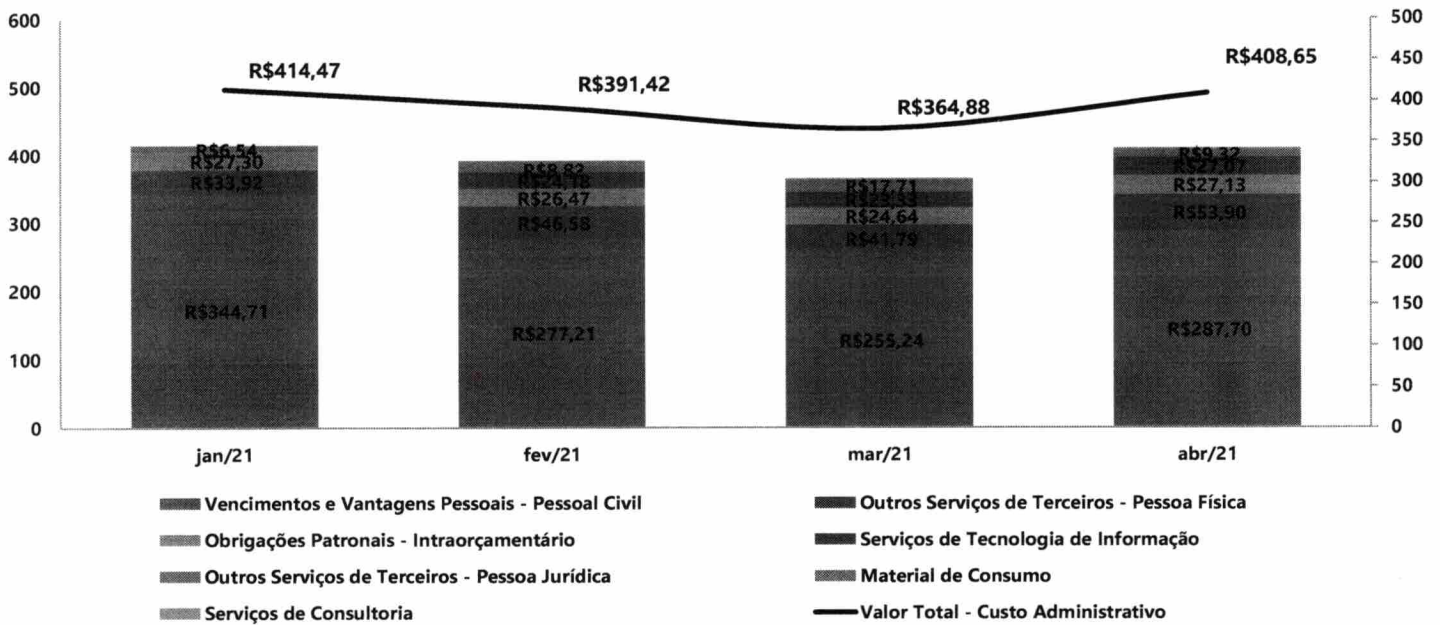


Folha
de
Pagos
de
2021

DESPESAS

Custo Administrativo

Evolução dos valores pagos
Valores em R\$ mil correntes

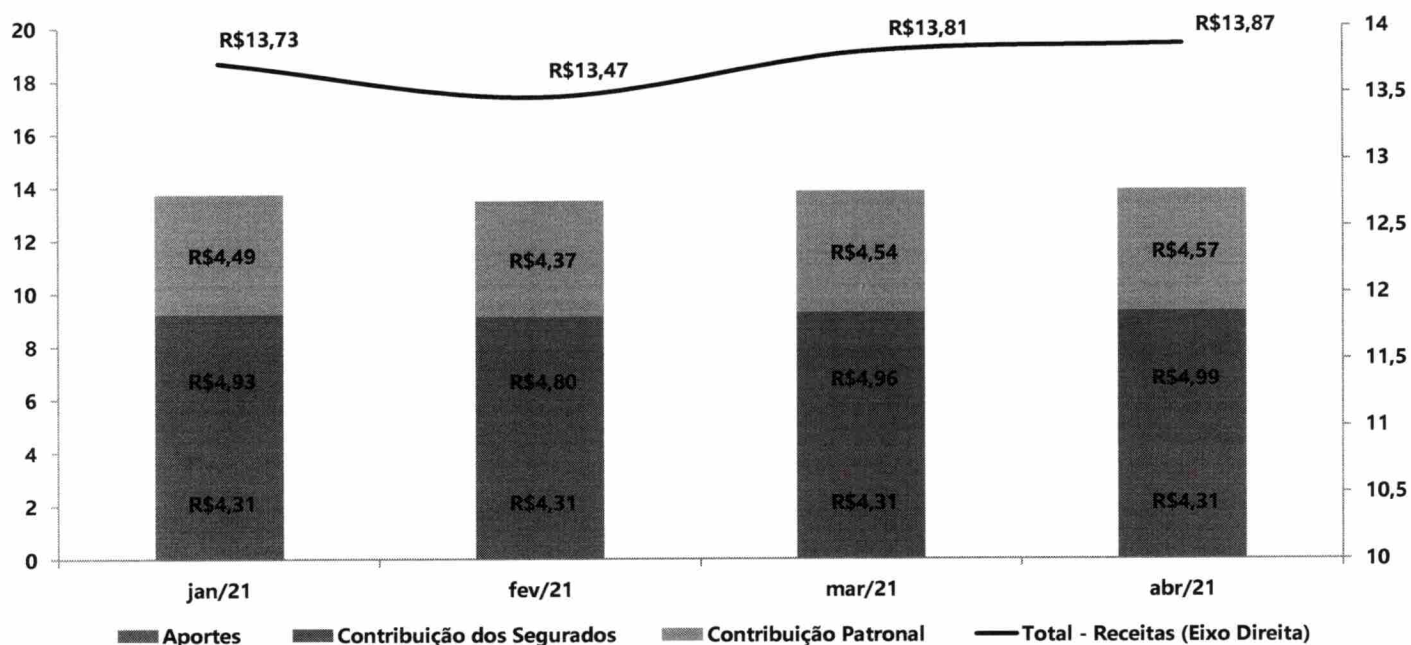


folha
Ida
PTA
6

RECEITAS

Repasses de Contribuições Previdenciárias

Evolução dos valores pagos
Valores em R\$ milhões correntes



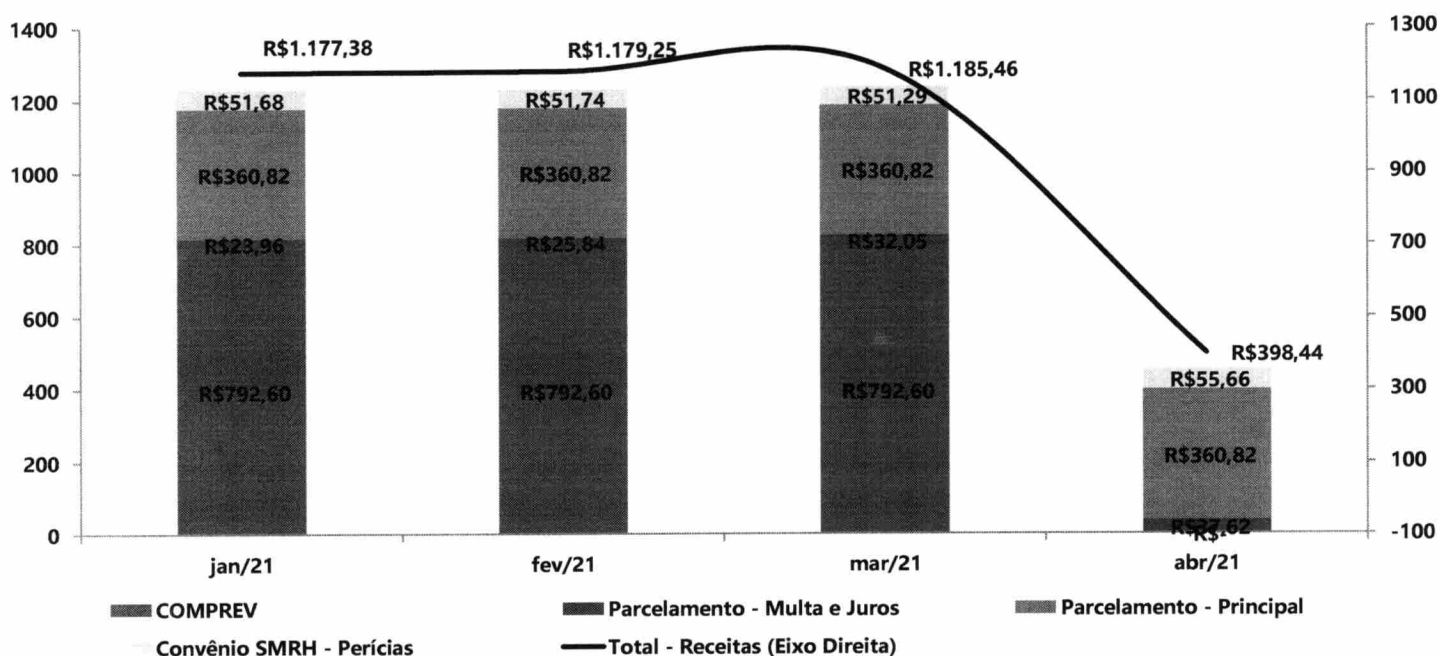
F. L.
Idr

PHS
to

RECEITAS

Compensação Previdenciária e Parcelamento de Débitos Patronais

Evolução dos valores pagos
Valores em R\$ milhões correntes

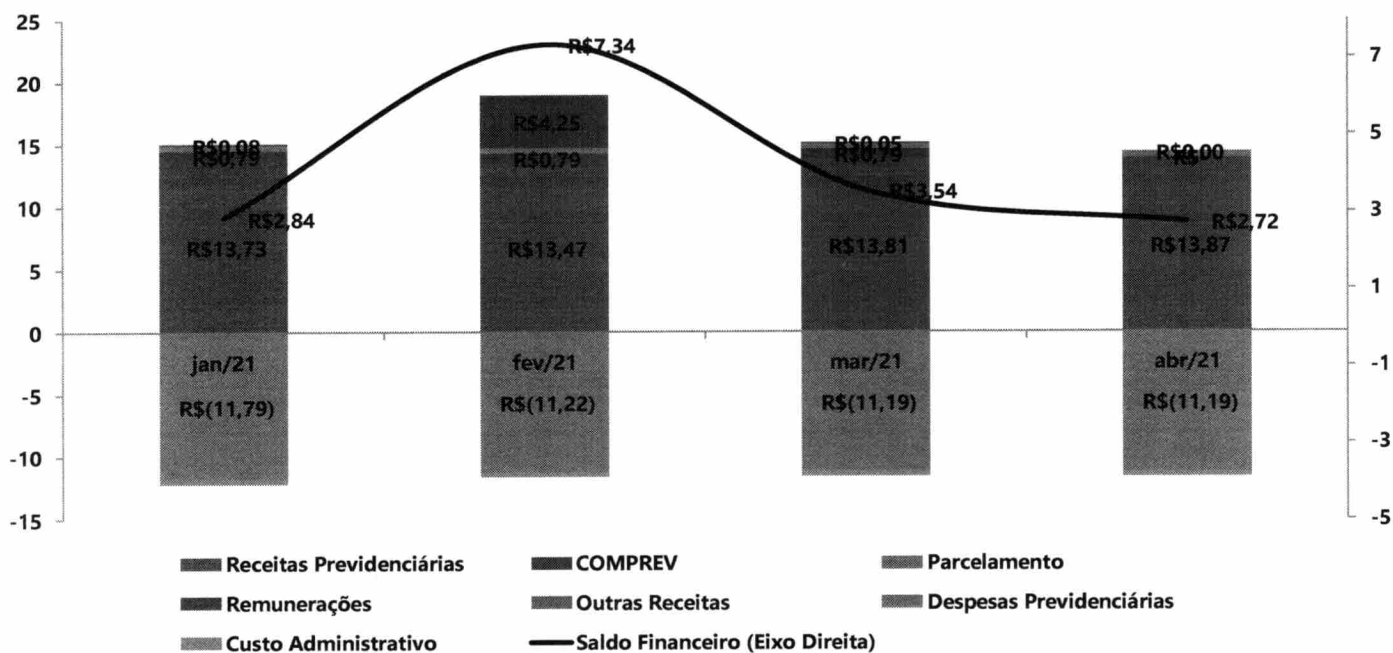


Handwritten signatures and initials:
 L. H. ...
 PHS
 ♂

SALDO FINANCEIRO

Relação entre Receitas e Despesas

Evolução dos valores pagos
Valores em R\$ milhões correntes



Feb
Mar
PA8
8

Investimentos

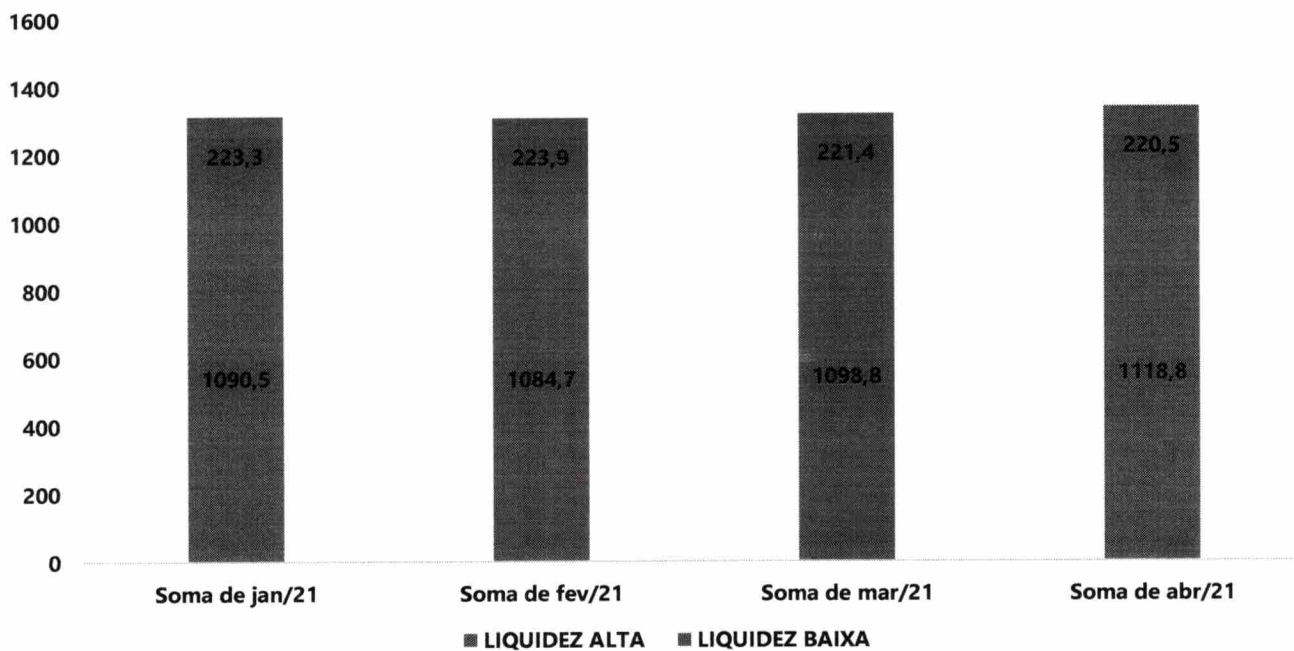
F. W.
S. W.
P. W.
E.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Grau de Liquidez

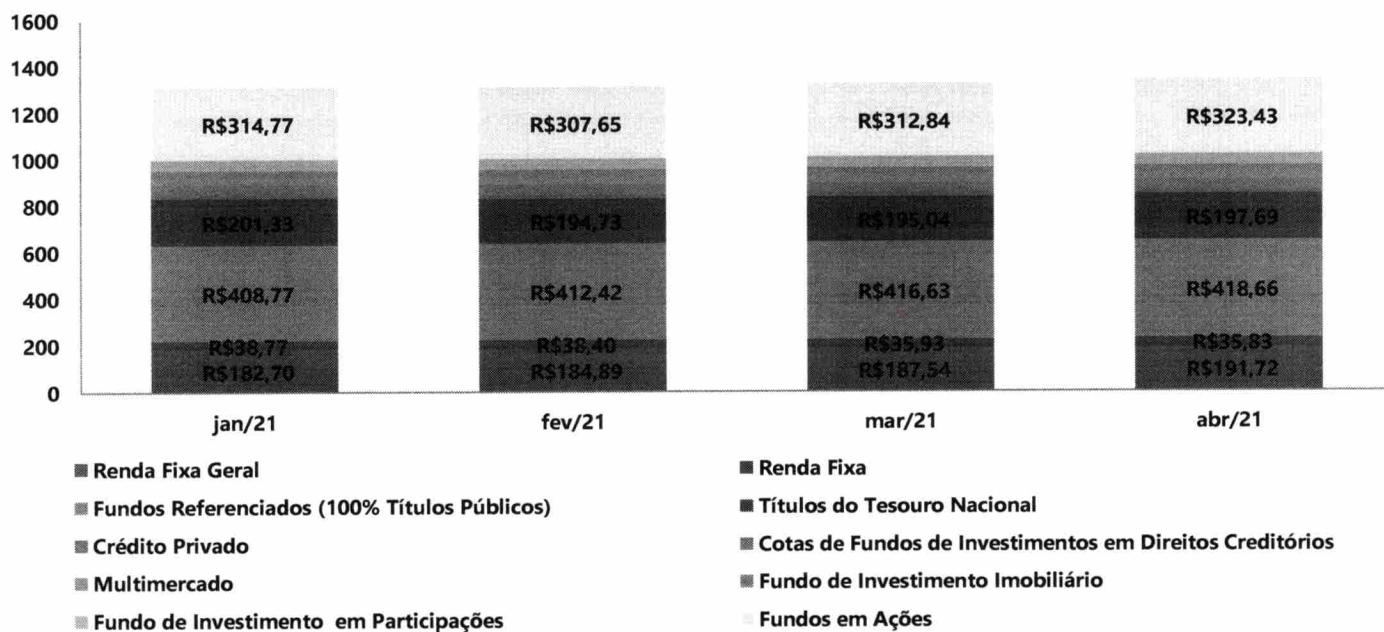
Valores em R\$ milhões correntes



Fabio
the
PAB
E

PATRIMÔNIO LÍQUIDO Enquadramento Legal

Valores em R\$ milhões correntes

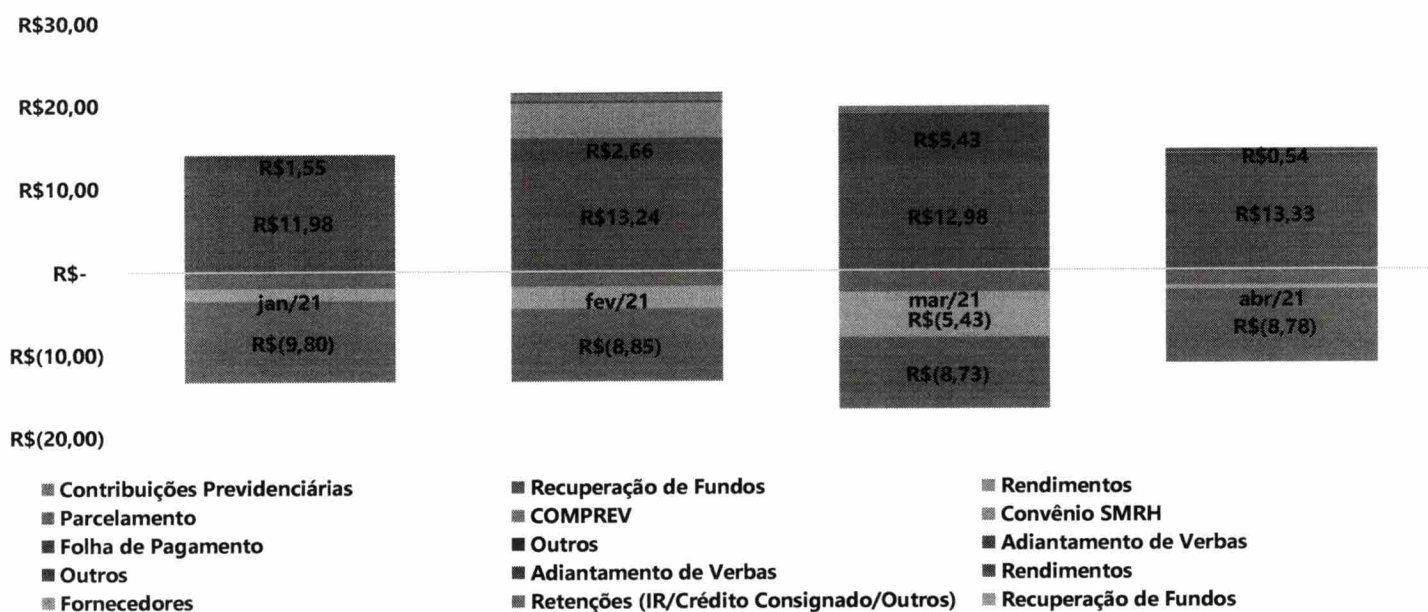


fabio
de
PHS
de

APLICAÇÕES E RESGATES

Fluxo de Operações

Valores em R\$ milhões correntes

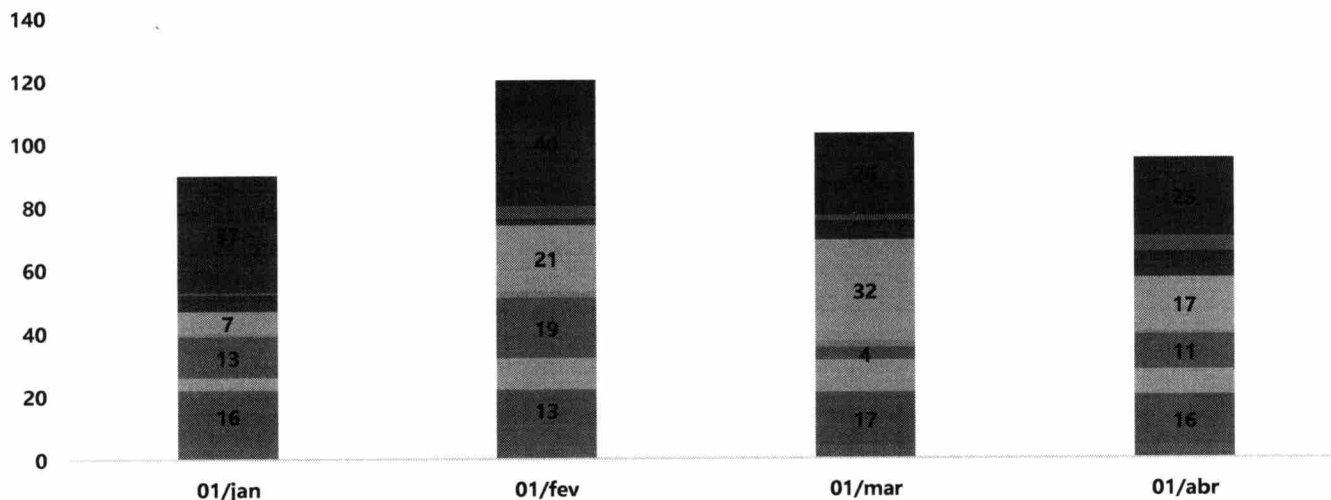





Previdência e Perícia Médica

800
111
P48
6

PROTOCOLOS Quantidade Realizada

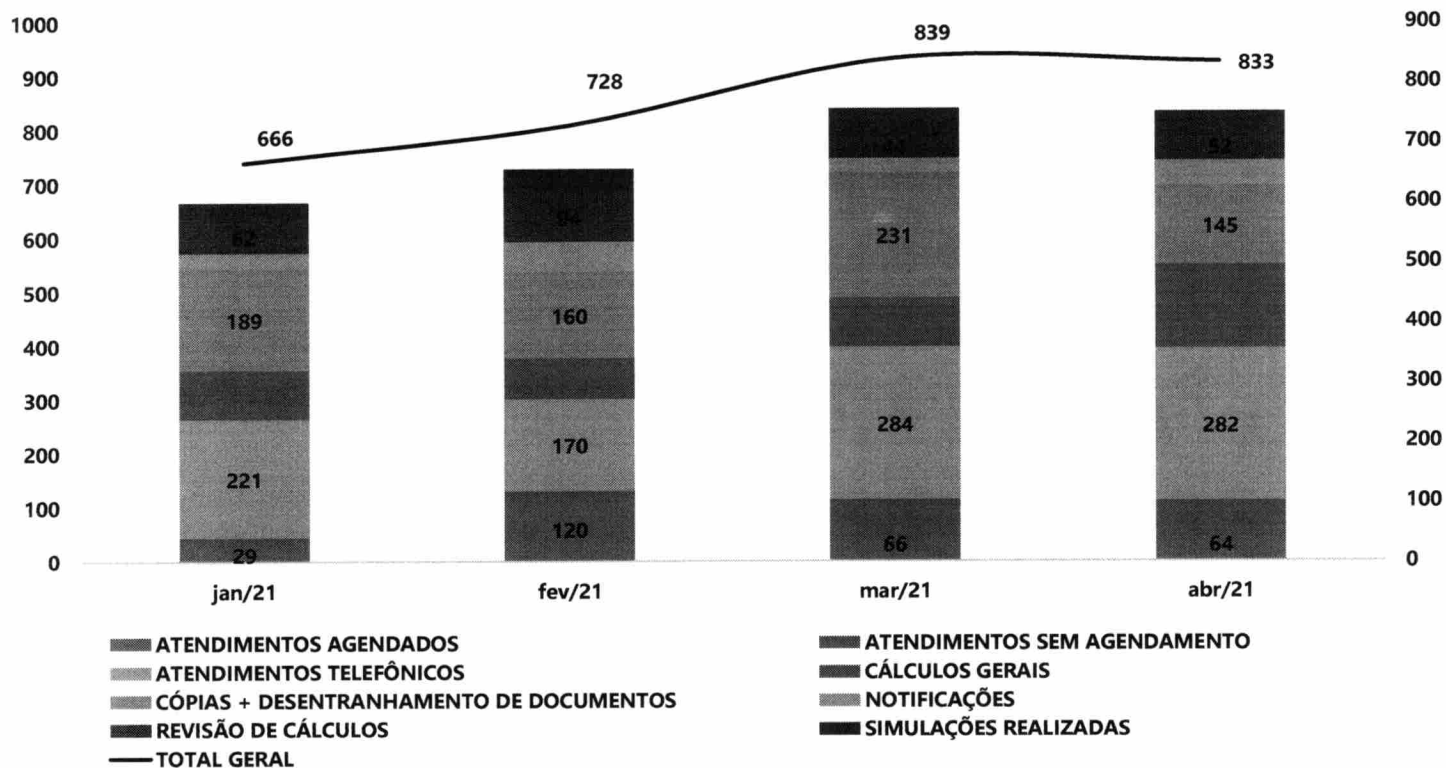


- ABONO DE PERMANÊNCIA
- CÓPIA DE PROCESSO
- ISENÇÃO DE IR
- OUTROS
- REVISÃO DE APOSENTADORIA

- APOSENTADORIA
- DESARQUIVAMENTO DE APOSENTADORIA
- JUNTADA DE DOCUMENTOS
- PENSÃO
- SIMULAÇÃO

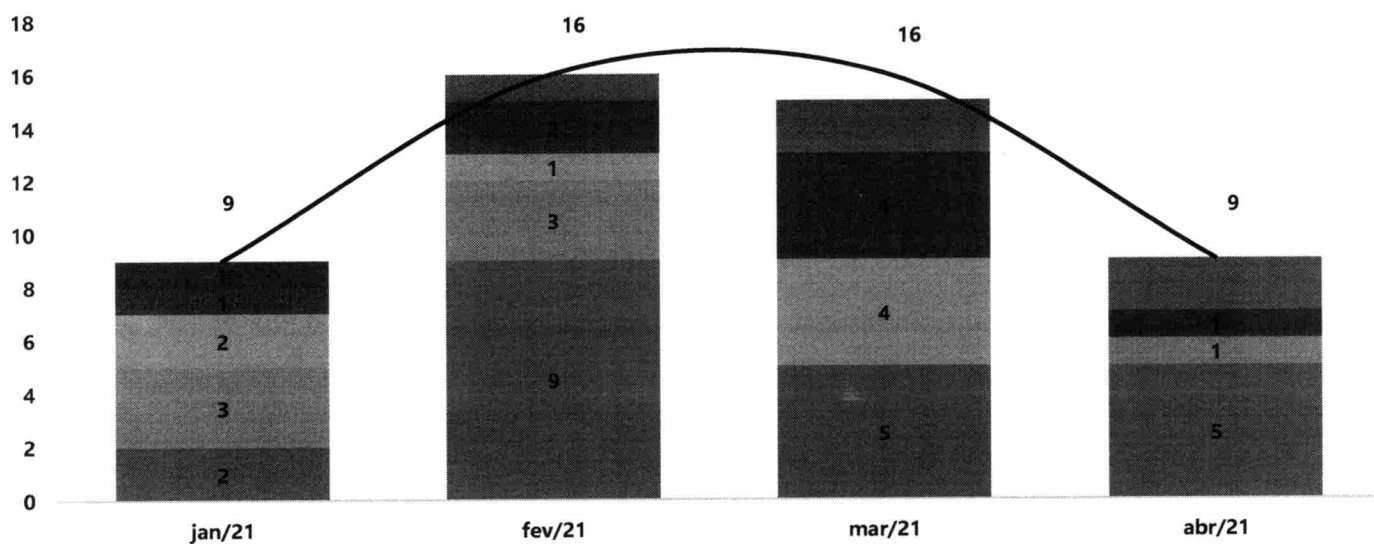
Handwritten notes:
 K. D.
 Adm
 PHS
 B

ATENDIMENTO Quantidade Realizada



Edo
de
RFB
B

APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS Por Tipo de Benefício



APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
 APOSENTADORIA ESPECIAL - ATIVIDADE DE RISCO
 PENSÃO
 TOTAL GERAL

APOSENTADORIA PROFESSOR
 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
 APOSENTADORIA POR IDADE

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 PHS
 8

AUXÍLIO DOENÇA Por Motivo

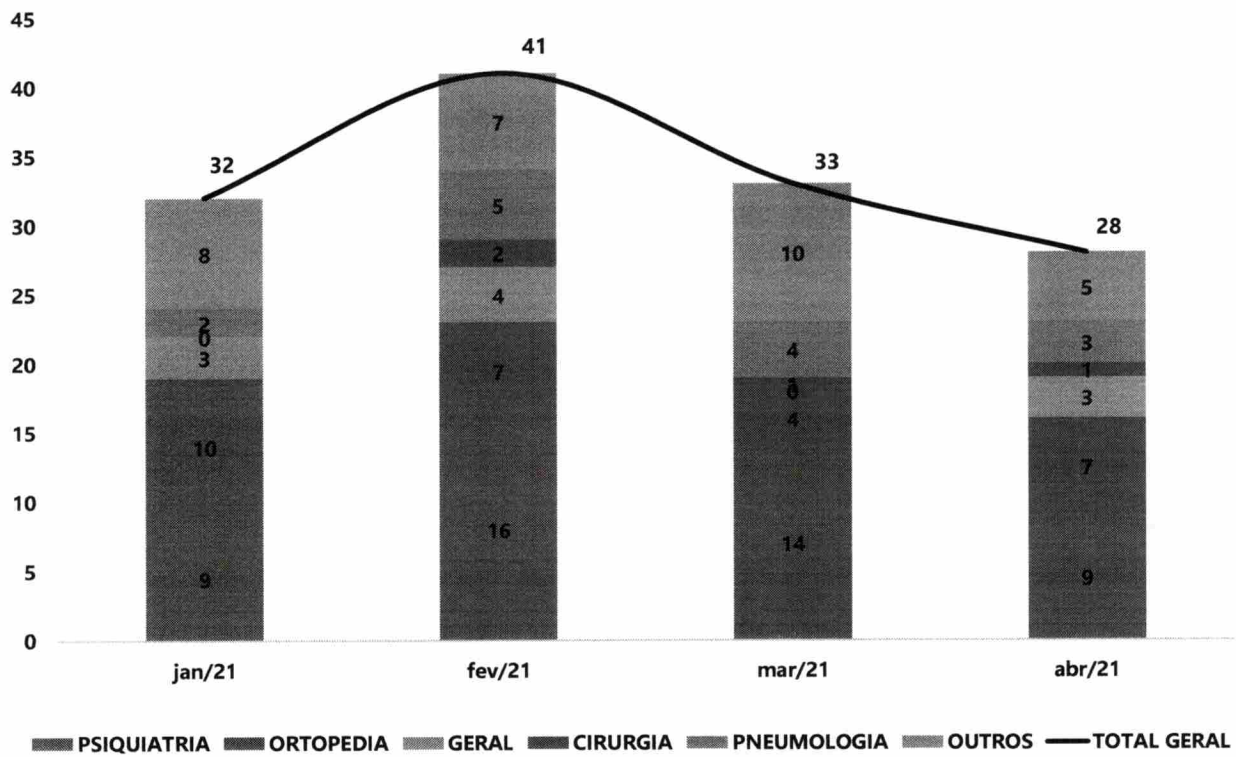
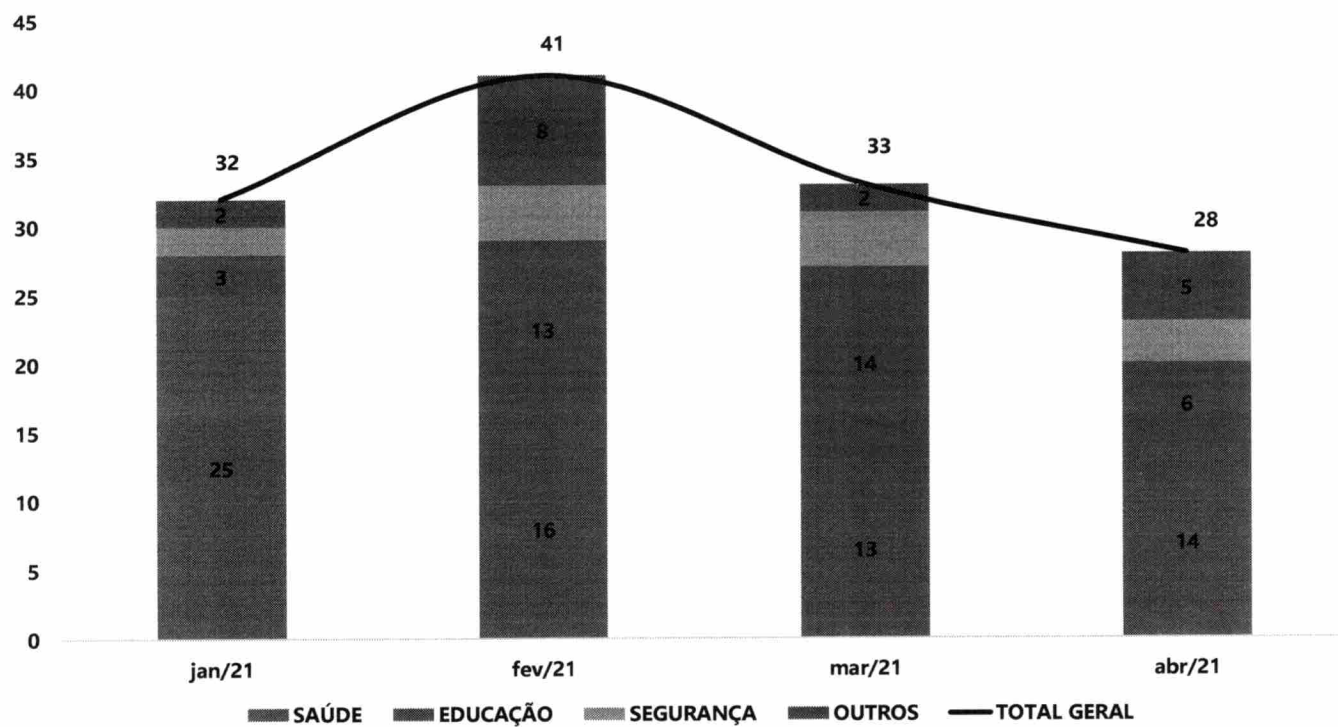


Foto
Mr
RHS
8

AUXÍLIO DOENÇA Por Secretaria



Handwritten signatures and initials:
Fina
Lda
PHS
E

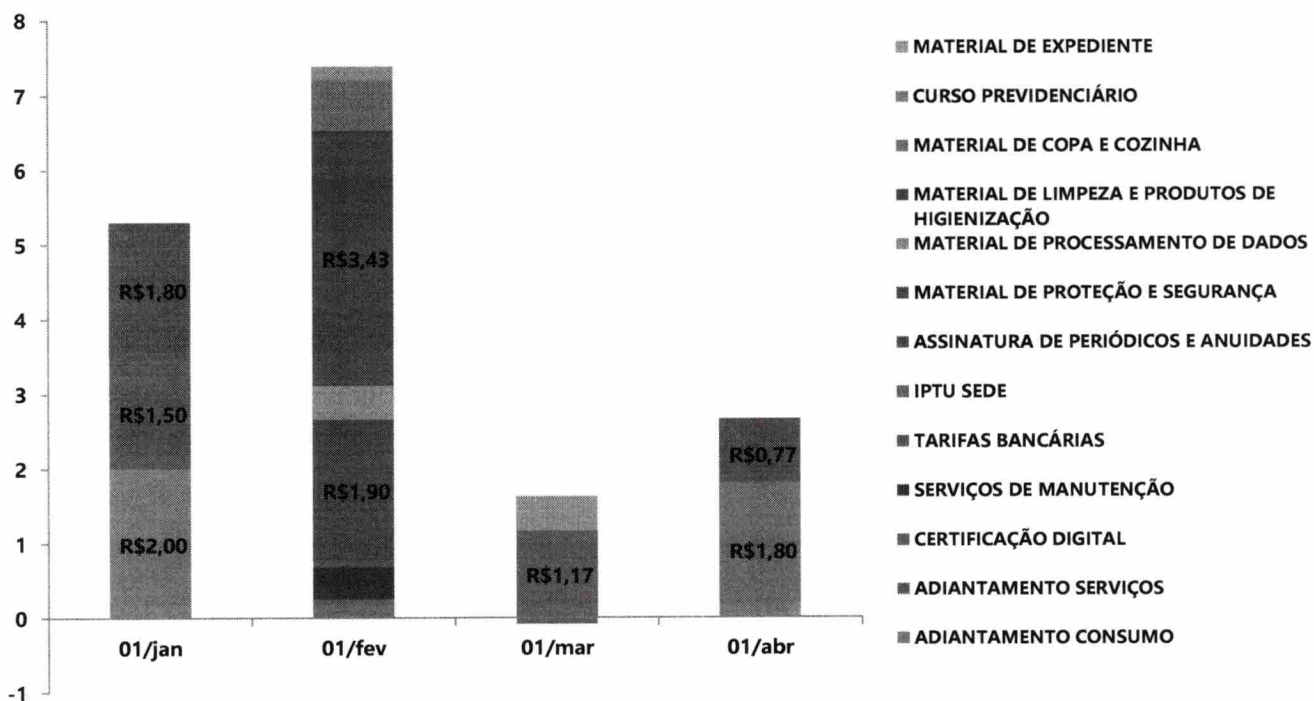
Administração Geral

FLB
del

DHS
to

COMPRAS DIRETAS

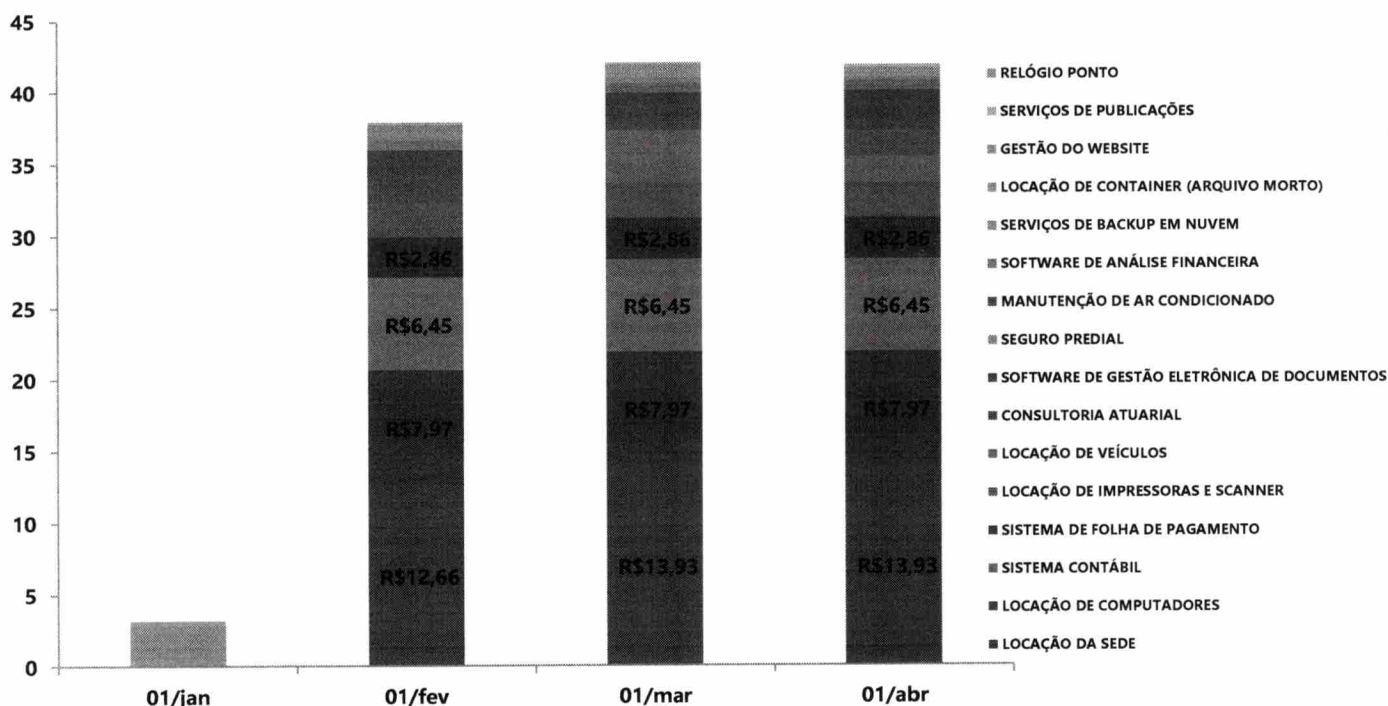
Valores em R\$ mil correntes



Kab
de


CONTRATOS FIXOS

Valores em R\$ mil correntes



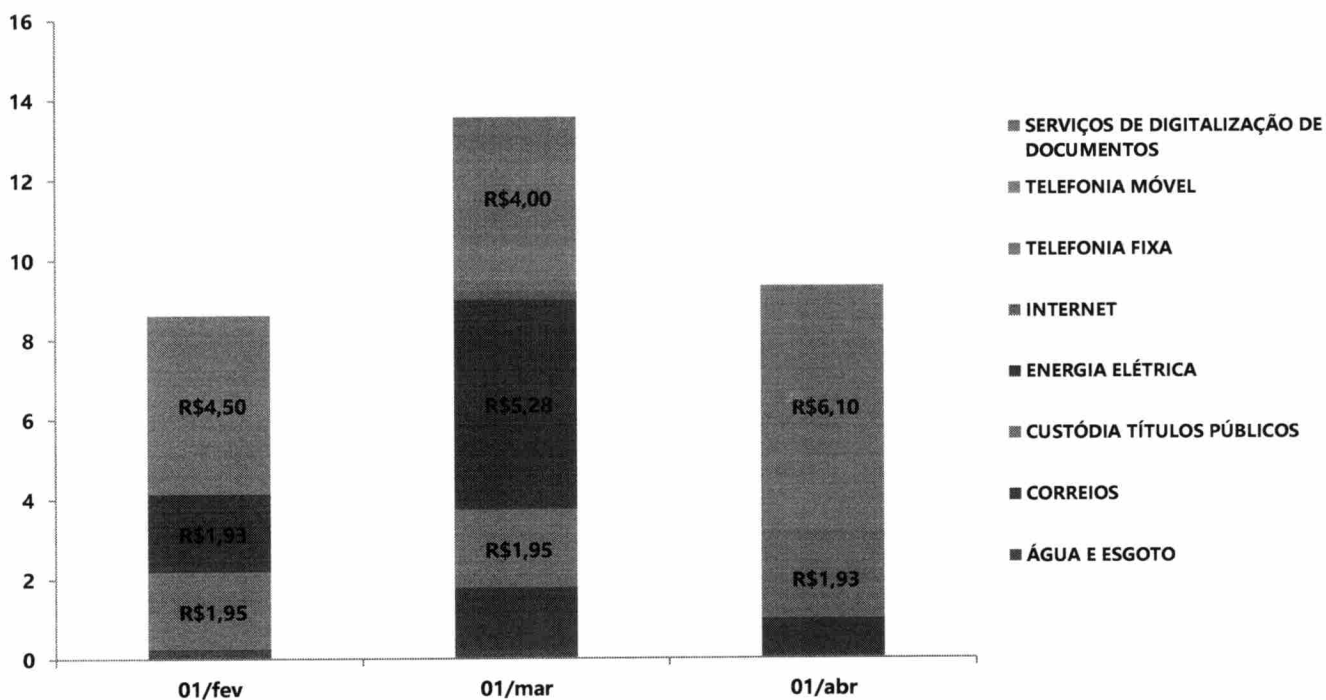
OBS: Os valores referente a Janeiro/2021 foram registrados em Restos a Pagar

fdw
Adm

PHS
B

CONTRATOS VARIÁVEIS

Valores em R\$ mil correntes

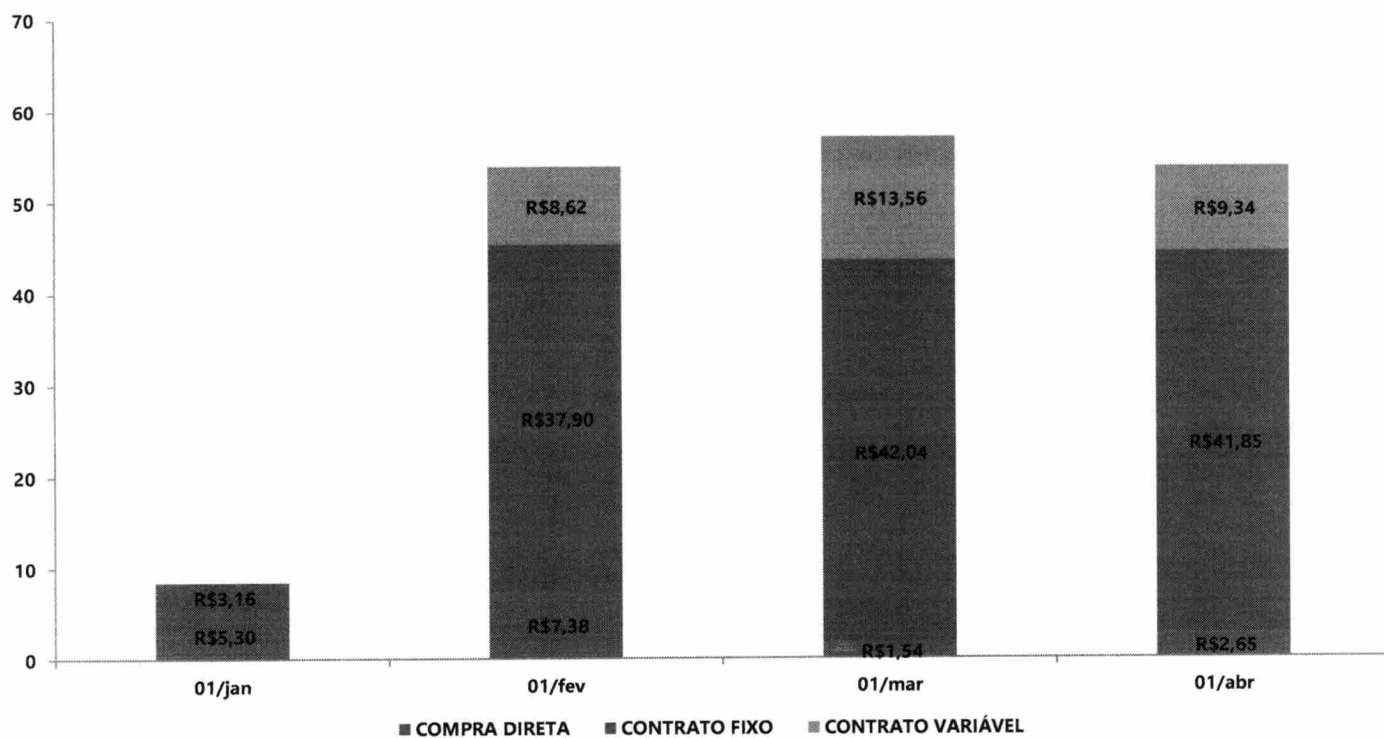


OBS: Os valores referente a Janeiro/2021 foram registrados em Restos a Pagar

fab
Idi
DHS
EC

DESPESAS TOTAIS COM FORNECEDORES

Valores em R\$ mil correntes



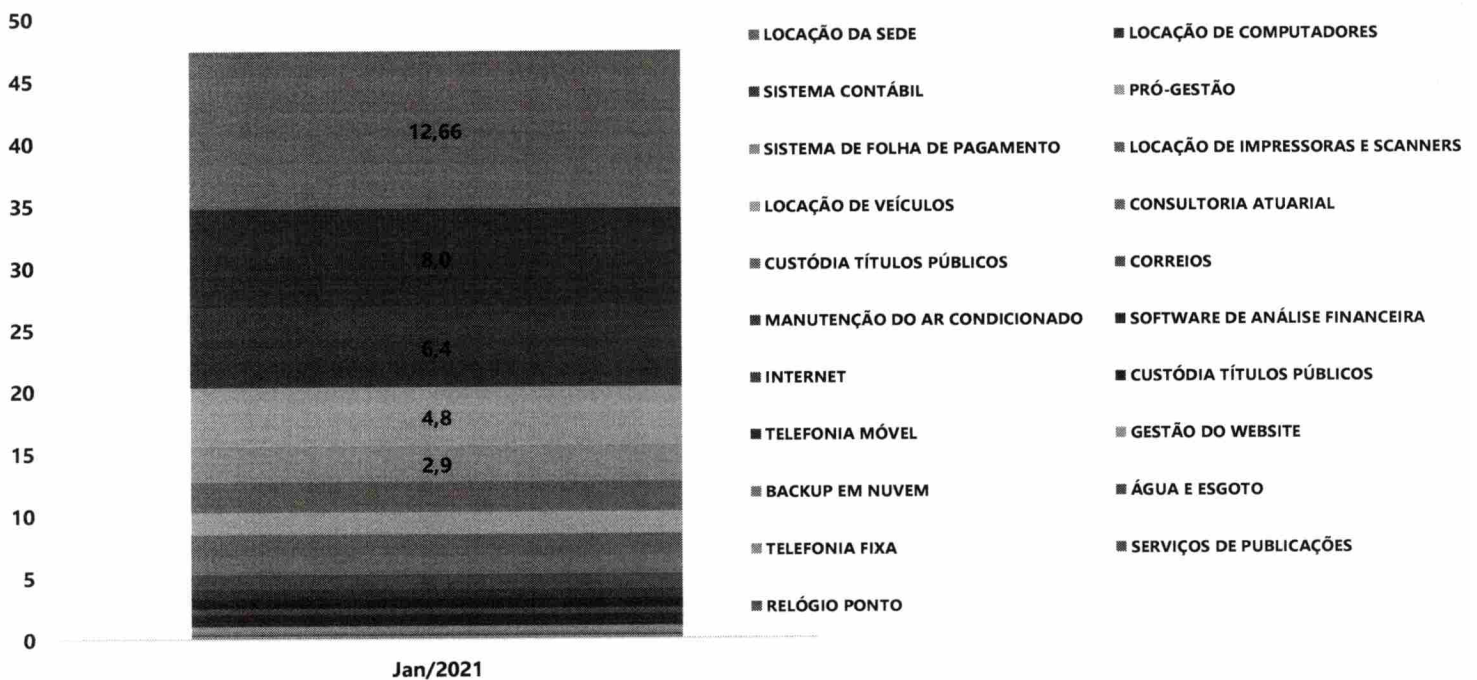
OBS: Os valores referente a Janeiro/2021 foram registrados em Restos a Pagar

Fcho
Ida
21/04/20

RESTOS A PAGAR

Despesas empenhadas em 2020 e pagas em 2021

Valores em R\$ mil correntes



Handwritten signatures and initials:
 KUB
 [Signature]
 PAS
 [Signature]

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA

O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULIPREV, no uso das atribuições conferidas, da Lei Complementar nº 18, de 09/10/2001 e Lei Complementar nº 69, de 27/12/2018, publicadas no Semanário Oficial do Município de Paulínia, respectivamente em 19/10/2001 e 27/12/2018, e tendo em vista o que conta do processo nº **102/2019**;

ACATAR a decisão da Diretora Previdenciária e Atuária que concede provisoriamente **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROFESSOR**, nos termos do art. 6º da EC 41/2003c/c §5º, do art 40 da CF, com proventos integrais calculados pela última remuneração e reajuste pela paridade ao (a) servidor (a) público (a) municipal **Sra. CLEONICE DE FATIMA PADOVAN**, matrícula nº **9177-4**, ocupante do cargo de **Professor de Educação Básica II**, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paulínia, nos termos do Parecer Jurídico nº **226/2020** e decisão de fls. 87-100.

Paulínia, ____ de ____ de 2021.

ADEMIR PEREIRA

LIGIAN REGINA KALVON

NÍVIA CARLA DA FONSECA

MÁRCIA REGINA AMBROZINI LOPES SILVA

REGINALDO APARECIDO NAVES